

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**



**A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES  
TIMORENSES NA VIDA POLÍTICA DEPOIS  
DA INDEPENDÊNCIA (2002-2015)**

**VICENTE DA SILVA ALMEIDA**

Tese orientada pela Professora Doutora Ana Maria S. A. Rodrigues  
e co-orientada pelo Professor Doutor António Costa Pinto,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
História, na especialidade de História do Género

2017

*“A mulher é a harmonia, é a poesia, é a beleza. Sem ela, o mundo não seria bonito, não seria harmónico. Gosto de pensar, mas isso é algo pessoal, que Deus criou a mulher para que todos tivéssemos uma mãe.”*

Papa Francisco, Homilia a 13 de maio de 2017, em Fátima, Portugal.

## ÍNDICE

Índice .....	ii
Dedicatória .....	iii
Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	vi
Introdução .....	vii
<b>CAPÍTULO I : CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO .....</b>	<b>1</b>
1.1. Contextualização .....	1
1.2. Objeto do estudo .....	20
1.3. Pergunta de partida .....	20
1.4. Metodologia .....	22
<b>CAPÍTULO II : AS MULHERES TIMORENSES E OS PARTIDOS POLÍTICOS</b> .....	<b>26</b>
2.1. O porquê da participação das mulheres em partidos políticos .....	26
2.2. Desafios enfrentados pelas mulheres timorenses na vida partidária .....	31
<b>CAPÍTULO III : AS MULHERES TIMORENSES NOS ORGÃOS DE</b> <b>SOBERANIA.....</b>	<b>42</b>
3.1. As deputadas ao Parlamento Nacional .....	42
3.2. As mulheres no Governo .....	52
3.3. As mulheres no poder judicial .....	57
<b>CAPÍTULO IV : AS MULHERES TIMORENSES NO PODER LOCAL .....</b>	<b>63</b>
4.1. A capacitação das mulheres para a tomada de decisões .....	63
4.2. A representação feminina nos sucos e nas aldeias .....	70
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>84</b>

## **DEDICATÓRIA**

Às mulheres timorenses, como componentes importantes na construção da nação e do estado. À minha esposa, Maria Natália da Costa, pelo apoio e carinho que me prodigou ao longo de toda a minha estadia em Portugal. À memória dos meus pais, Saba-Rubi e Maria Teresa da Silva, que, sendo analfabetos, tiveram os carateres e as personalidades capazes de fornecer modelos para a minha vida, especialmente na educação. À memória de todos os meus familiares que já não estão neste mundo: os meus avós, os meus irmãos Domingos Hernâni Soares, António da Silva, Domingas da Silva e Simão da Silva, a minha cunhada Nicolina Sequeira, os meus tios Joaquim da Silva e Isabel da Silva, os meus sobrinhos Bendito, Ivônia da Costa Guterres, Maulai e Maria Lindalva Alves, que me deram apoio espiritual para eu continuar fascinado por aprender até à conclusão deste trabalho. A todos os professores que me orientaram, deram apoio moral e material, e contribuíram para eu poder concluir os meus estudos na Universidade de Lisboa.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho só pôde ser terminado graças às contribuições de muitas pessoas a quem eu não posso deixar de agradecer. Em primeiro lugar, agradeço infinitamente à minha orientadora principal e Diretora do Curso Pós-Graduado de Especialização em História e Género, Professora Doutora Ana Maria S. A. Rodrigues, pela sua bondade e preciosa ajuda, pois com toda a paciência me orientou desde a minha entrada no Departamento de História da FLUL até à conclusão deste trabalho. Obrigado por me acompanhar neste processo, que às vezes foi áspero, e sempre me orientar, apoiar com genuína e sincera disponibilidade, e ajudar em várias dificuldades.

Em segundo lugar agradeço ao meu co-orientador, Professor Doutor António Costa Pinto, toda a sua paciência em me orientar até concluir esta tese. E também expresso um agradecimento aos meus outros professores: Professor Doutor José Manuel Damião Rodrigues, Professora Doutora Maria Leonor García da Cruz, Professora Doutora Maria de Fátima Reis, Professor Doutor Luís Frederico Antunes, Professora Doutora Manuela Santos Silva e Professor Doutor Amílcar Ribeiro Guerra. Gostaria de agradecer ainda aos meus amigos Inês Sofia Lourença Olaia, Carla Silva Cook, Maria Manuela Oliveira, Maria José Garrido, Denise Matos Moura, Raquel Morreira e Diogo Freitas da Silva, que me ajudaram em várias dificuldades.

Agradeço ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o acolhimento para continuar os meus estudos no curso de Mestrado em História, especialidade de História do Género. E à Universidade Nacional Timor

Lorosa'e, a oportunidade que me deu de o fazer. E ao programa CARIBU da União Europeia, que me forneceu apoio financeiro através de uma bolsa de estudos.

Um agradecimento especial aos amigos Dr. Tomaz Dentinho, Daniel Jerónimo Aguiar, Válder Almeida, Pe. Octávio Henrique Medeiros, Manuel Cruz Marques, Diogo Miguel Santos Vieira, António Tavares da Silva e Manuel dos Santos que me ajudaram em algumas dificuldades. E também à minha amiga Cristina da Rosa Ambrósio que sempre me deu apoio ao longo da minha estadia em Portugal.

Um enorme obrigado à minha família, principalmente à minha esposa, aos meus irmãos, às minhas cunhadas e os meus sobrinhos pelo carinho, amizade, apoio, confiança e incentivo. E, finalmente, o meu profundo e sentido agradecimento a todos os amigos e colegas que sempre me apoiaram e me incentivaram, tornando possível este trabalho.

## Resumo

O objectivo desta dissertação de Mestrado é analisar a participação das mulheres de Timor-Leste na política depois de alcançada a independência, em 2002. Utilizando uma metodologia qualitativa, realizámos um conjunto de entrevistas a mulheres timorenses – deputadas, juízas, chefes de *sucos*, activistas, membros de organizações não governamentais (ONGs), simples cidadãos – e reunimos toda a documentação disponível – leis, listas de membros dos sucessivos governos, discursos, relatórios, folhetos partidários, notícias de jornal, posts de blogs, etc. – que posteriormente analisámos à luz da bibliografia relevante. Concluimos que, embora a participação das mulheres timorenses nos diferentes níveis do poder político se tenha vindo a acentuar, devido à instituição de quotas de participação feminina obrigatória em muitos desses níveis, e também ao incentivo e capacitação fornecidos pelas instituições da sociedade civil, ainda há um caminho muito grande a percorrer para que exista uma verdadeira igualdade de género no que diz respeito à participação política em Timor-Leste.

**Palavras-chave:** Mulheres; Timor-Leste; Género; Empoderamento; Política.

## Abstract

The aim of this Master dissertation is to analyze the participation of East-Timor women in politics after the independence of 2002. Using a qualitative methodology, we made interviews to East-Timor women – deputies, judges, chiefs of *sucos* (traditional territories), activists, members of non-governmental organizations (NGOs), plain citizens – and we gathered all the available documents – laws, lists of government members, speeches, reports, newspapers news, posts from blogs and so forth – that we analyzed later under the light of the relevant secondary literature. We concluded that, although the participation of East-Timor women in the different levels of power has grown considerably, thanks to the implementation of a system of quotas in many of these levels, and also to the incentive and empowerment provided by the NGOs, there is still a long way to go to attain true gender equality in politics in East-Timor.

**Keywords:** Women; East-Timor; Gender; Empowerment; Politics.

## INTRODUÇÃO

Em tempos passados, as mulheres apenas governavam a esfera doméstica, não deviam trabalhar fora de casa. O espaço público era o mundo dos homens. Como diz Maria Johanna Schouten, “*A política está relacionada com questões de poder e processos de decisão, geralmente na esfera pública. Durante muito tempo as mulheres ficaram excluídas do terreno político.*”<sup>1</sup> Mas com a evolução da vida social e dos costumes, as mulheres conseguiram romper o isolamento e gritaram ao mundo que têm direitos iguais aos dos homens. A partir de finais do século XIX, as lutas das mulheres em países como a França, a Inglaterra, os Estados Unidos da América, só para citar alguns, mostraram a insatisfação das mulheres com os governantes e as sociedades que não reconheciam os seus direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada em 1948, veio estabelecer os direitos tanto do homem como da mulher. Tal como o homem, a mulher tem direitos que devem respeitados. Direito à vida, direito à saúde, direito à liberdade e à segurança. Direito à igualdade, direito a não ser submetida a qualquer forma de discriminação, direito à educação, à informação, à privacidade, direitos aos benefícios políticos, sociais, económicos e culturais.<sup>2</sup>

Timor-Leste representa metade da ilha de Timor e foi colonizado por vários colonizadores. Ao longo dos tempos, as mulheres timorenses tiveram sempre um estatuto inferior ao dos homens. Na sociedade tradicional de Timor-Leste, os homens é que atuavam na vida política e tomavam as decisões. Eram eles que detinham o poder de

---

<sup>1</sup> SCHOUTEN, Maria Johanna, *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2011, p. 105.

<sup>2</sup> *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Brasília, UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Data de consulta: 19 de maio de 2017.



governar, desde a tribo até ao posto administrativo. A discriminação da mulher verificava-se desde criança, passando pela juventude e a idade adulta até à terceira idade e acontecia em todas as áreas: política, económica, social e cultural. A revolução dos cravos do dia 25 de abril de 1974, trazendo a democracia a Portugal e a descolonização aos seus territórios ultramarinos, despertou as mulheres timorenses para participarem na vida política e na construção da sua nova nação.

O movimento das mulheres em Timor-Leste iniciou-se nesse ano de 1974 com a fundação da OPMT (Organização Popular da Mulher de Timor), que depois da invasão do território pela Indonésia, em finais de 1975, desempenhou um papel de liderança nas três frentes da luta pela liberdade: clandestina, armada e diplomática. Nos vinte e quatro anos que durou a ocupação, as mulheres timorenses estiveram ao lado dos homens e lutaram para a libertação da pátria.

Segundo José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria “*O problema da participação desigual de homens e mulheres nos centros e órgãos de decisão política tem vindo a ganhar relevância crescente, particularmente nas últimas duas décadas.*”<sup>3</sup> Tal é corroborado pela história recente de Timor-Leste, pois as mulheres timorenses só tiveram oportunidade para participar na vida política e na tomada de decisões quer a nível central quer local depois da independência, em 2002. Essa participação fez-se, inicialmente, para responder a exigências da Organização das Nações Unidas (ONU), que, tal como outros organismos internacionais, tem feito numerosas recomendações no sentido de se promover a igualdade de género, e tendo tutelado o período de transição em Timor-Leste, assegurou que a já anteriormente referida Declaração Universal dos Direitos Humanos fosse cumprida, nomeadamente nesse domínio. Mas... o que sucedeu depois da

---

<sup>3</sup> VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio, *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta, 2001, p. 1.

devolução do poder aos próprios timorenses? Voltou-se aos velhos costumes ou as mulheres conseguiram manter e até mesmo incrementar os seus direitos recém adquiridos, nomeadamente o direito de intervir e fazer ouvir a sua voz nos partidos políticos, nos órgãos de soberania, nos espaços do poder local?

Neste trabalho fomos, pois, pesquisar de que forma se processa a participação das mulheres timorenses na vida política desde a independência. Depois de recolhidas e analisadas as fontes e lida a bibliografia, organizámos e repartimos as nossas reflexões por quatro capítulos. O capítulo I aborda a contextualização e objeto do estudo, as perguntas que colocámos e a metodologia que seguimos. O capítulo II enuncia os motivos que levam as mulheres timorenses a juntar-se a partidos políticos e descreve a sua participação na vida partidária. O capítulo III analisa a presença das mulheres timorenses nos órgãos de soberania, nomeadamente no Parlamento Nacional, no governo e nos diferentes espaços do poder judiciário. O capítulo IV debruça-se sobre as organizações da sociedade civil que qualificam as mulheres timorenses para participarem no poder local, assim como sobre as leis que têm procurado incentivar essa participação, e analisa os respectivos resultados. O trabalho finaliza com uma conclusão, na qual fazemos algumas recomendações em prol de uma ainda maior participação das mulheres timorenses na vida política nacional.

Pois, como diz Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, *“Como pessoa humana, a mulher deve ser considerada em toda a sua dignidade e nos seus direitos fundamentais (universais, invioláveis e inalienáveis) decorrentes da sua dimensão individual, social e*

*transcendente. Como pessoa humana, ela deve ser considerada como princípio, sujeito ou protagonista e fim da sociedade.”*<sup>4</sup> Tal como os homens o têm sido até aqui.

---

<sup>4</sup> BELO, Carlos Filipe Ximenes, *Lian ba Igualdade, Matadala, Planu Asaun Anual Ministeriu no Sekretaria Estado Sira*, 2017, (A voz da Igualdade Guião Plano Acção Anual Ministério e Secretaria de Estado de 2017), Edição 9, janeiro-março 2016, pp. 15-16.

## **CAPÍTULO I**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETO DO ESTUDO**

Desde épocas remotas, as mulheres têm estado sempre submetidas aos homens. Mas com a evolução dos tempos, organizaram-se e tomaram a iniciativa de constituir movimentos para reclamarem os seus direitos e exigirem aos governantes respeito pela sua dignidade como seres humanos. Neste capítulo, dedicado à contextualização do nosso estudo, iremos começar por referir-nos aos movimentos de mulheres no continente europeu, especialmente em França e em Portugal, que influenciaram as mulheres timorenses a lutar para defender os seus direitos e a independência da sua terra natal, Timor Lorosa'e (Sol Nascente) ou Timor-Leste. Em seguida, iremos definir o objecto de estudo e ainda explicitar as perguntas e as hipóteses que nortearam a nossa pesquisa.

#### **1.1. Contextualização**

A participação das mulheres na vida política, no mundo moderno, tornou-se muito importante devido à democracia e à igualdade de género que imperam em muitos países. No entanto, numa escala global, a liderança das mulheres e a sua participação política permanecem inferiores às dos homens. As mulheres estão sub-representadas como eleitoras e também em posições de liderança, seja em cargos eletivos, de serviços públicos ou no sector privado e igualmente na academia. Isto ocorre apesar das suas competências comprovadas como líderes e agentes de mudança, e do seu direito de participar de forma igualitária na governança democrática.

As mulheres enfrentam vários tipos de obstáculos à sua participação na vida política. Existem obstáculos estruturais, devido a tradições e instituições discriminatórias que ainda limitam as opções das mulheres e o seu direito a participar ou concorrer a um cargo. Em linhas gerais, a mentalidade dominante determina lacunas de capacidade que significam que as mulheres têm menos probabilidade do que os homens de obter a educação, os contactos e os recursos necessários para se tornarem líderes eficazes. Individualmente, algumas mulheres têm superado esses obstáculos com grande sucesso, para benefício da sociedade em geral. Porém, para as mulheres como um todo, o acesso à liderança e à participação permanece difícil e não foram ainda alcançadas oportunidades para uma real igualdade.

Do ponto de vista legal, no entanto, as mulheres têm direito, da mesma forma que os homens, à educação, a assumir um cargo num partido político, bem como a serem representantes do povo no Parlamento. Nos partidos políticos, as mulheres não têm de se limitar a ser meras apoiantes e simpatizantes, mas podem ser quadros políticos, como presidentes, vice-presidentes, secretárias-gerais do partido ou membros do comité central. No Parlamento, as mulheres não precisam ser só deputadas ou membros das secretarias permanentes, mas podem também ser presidentes de comissão, vice-presidentes e presidentes. Nos ministérios, nada impede as mulheres de serem directoras nacionais ou gerais, secretárias de Estado, vice-ministras e ministras. Nas instituições militares e de segurança civil, as mulheres são quase sempre colocadas em posições de secretárias e tesoureiras, mas poderiam bem ser comandantes e generais.

Nos países ditos desenvolvidos foi criada uma nova política para reconhecer as mulheres como iguais aos homens. Mas a história mostra-nos que desde tempos remotos, quem detinha a autoridade - por exemplo, a monarquia -, nunca reconheceu nem deu

oportunidades às mulheres como pessoas com um papel importante na vida da Humanidade.

A Revolução Francesa foi um dos acontecimentos que mais marcou a história do Ocidente. A sociedade francesa derrubou então a monarquia absoluta, rompendo definitivamente com os costumes seculares que submetiam os camponeses a obrigações feudais e pôs fim à sociedade de ordens, abrindo espaço para uma sociedade de classes. Isto influenciou o estatuto da mulher francesa e o de outras mulheres pelo mundo fora.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, então elaborada por Olympe de Gouges, em França (1791), proclama no artigo 1º: “*A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.*” E, no artigo 2º, “*O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.*”<sup>1</sup>

Todos os seres humanos nascem livres, por isso têm os mesmos direitos, não se podem escravizar uns aos outros. As mulheres lutavam para conquistar os seus direitos, negados pelas autoridades que governavam com mão de ferro. O que foi feito por Olympe de Gouges, foi um esforço para o reconhecimento dos direitos das mulheres como seres humanos. É, porém, sabido que em determinados momentos da história, de ampliação de direitos e de progressos democráticos, as mulheres não foram favorecidas do mesmo modo que os homens, tendo em vista interesses, políticas sociais e económicas masculinas. Apesar da participação entusiástica de muitas mulheres na Revolução e de

---

<sup>1</sup> GOUGES, Olympe de, *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documento-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaração-dos-direitos-da-mulher-e-dacidadã-1791.html>. Data de consulta: 16 de janeiro de 2017.

propostas como a de Olympe de Gouges para o reconhecimento da sua dignidade e igualdade em relação aos homens, o certo é que a sua condição não se alterou significativamente.

Foi preciso esperar pela segunda metade do século XIX para serem alcançados novos progressos através de outras lutas: *“As lutas sociais para garantir uma maior presença no espaço público e mais ampla visibilidade dos problemas do feminino (Esteves, 2010: 29) a partir da segunda metade do século XIX, estão vinculadas a movimentos, precursores dos feminismos, em que as mulheres surgem organizadas.”*<sup>2</sup> Emergiu então o feminismo, *“conceito que surge pela primeira vez na década de 1880, em Inglaterra, para designar o apoio à igualdade de direitos legais e políticos entre homens e mulheres (Bryson, 2003: 1).”*<sup>3</sup>

Outro momento importante da história, este com consequências mais diretas para Timor-Leste, foi a Revolução dos Cravos em Portugal, que viu muitas mulheres participar na acção libertadora. O reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, consequência da democracia trazida pelo 25 de Abril de 1974, é uma conquista que deve ser devidamente valorizada. O 25 de Abril abriu também uma nova era no processo de emancipação das populações de todas as colónias portuguesas, incluindo as femininas, mudando o panorama de desigualdade e subordinação então vigente.

Durante a ditadura salazarista, muitas mulheres portuguesas lutaram pela liberdade e democracia. Como disse Maria Teresa Horta, *“Antes de lutar pelos direitos das mulheres, era preciso lutar contra a ditadura moralista. Não se pode lutar pelo*

---

<sup>2</sup> MARTINS, Carla, *Mulheres, liderança política e média*, Lisboa, ALETHEIA Editores, 2015, p. 19.

<sup>3</sup> MARTINS, Carla, *Mulheres, liderança política e média*, p. 20.

*feminismo sem se lutar pela liberdade.”*<sup>4</sup> Isto quer dizer que as mulheres também queriam e lutavam pelo aprofundamento da democracia. Queriam uma sociedade justa e isso requeria políticas públicas universais e ações afirmativas, assegurando a igualdade de direitos. A luta das mulheres portuguesas contra a ditadura, pelos seus direitos e liberdades, influenciou as mulheres nas províncias ultramarinas, incluindo as mulheres timorenses, a tomarem decisões firmes pelo seu futuro e pelo futuro das suas pátrias.

Com o alvorecer da revolução de 25 de Abril em Portugal, o vento da liberdade soprou até Timor-Leste, onde as elites se organizaram do ponto de vista político. Segundo Maria Domingas Alves, Laura Abrantes e Filomena Reis, *“A revolução de 25 de Abril de 1975, derrubou o regime de Marcelo Caetano e António Salazar, e o novo governo de Portugal deu a liberdade às Províncias Ultramarinas, incluindo Timor-Leste. Com esta liberdade as elites timorenses formaram partidos e começaram a organizar-se a si próprias e duas organizações dos estudantes apareceram simultaneamente, a UNETIM (União Nacional dos Estudantes Timorenses) e LESVALT (Liga dos Estudantes para a Valorização de Timor-Leste).”*<sup>5</sup>

Ainda segundo as mesmas autoras, *“Em maio de 1975, por causa da situação emergente no país, Rosa Bonaparte Soares, uma estudante da Universidade de Lisboa que também se tornou conhecida como Muki, abandonou os seus estudos e regressou a Timor-Leste. Com algumas amigas, ela envolveu-se no desenvolvimento da organização de estudantes UNETIM (União Nacional dos Estudantes Timorenses). Nomeando apenas algumas dessas amigas - Maria José Boavida (Soimali), Silvina Epifania Namuk,*

---

<sup>4</sup> Citada por SILVA, Guilherme Correia da, “As Mulheres da Revolução dos Cravos”, *DW Made for Minds*, 19 de Abril de 2014. Disponível em : <http://www.dw.com/pt-002/as-mulheres-da-revolu%C3%A7%C3%A3-dos-cravos/a-17510615>. Data consulta, 15 de Janeiro de 2017.

<sup>5</sup> ALVES, Maria Domingas Fernandes, ABRANTES, Laura Soares, REIS, Filomena, *Written With Blood*, Díli, Office for Promotion of Equality, s. d., p. 8.



*Alexandrina (Bi Hare), Aicha Bassarewan, Filomena Aniceto (Lybe), Deolinda Bonaparte Soares (Sossek), Josefina Moniz (Bete), Margarida Filomena de Araújo (Bi Nae), Filomena Ramiro (Bilou), Maria do Céu Gonçalves Pereira (Bilear), Zulmira Calsona (Ili Bere), Maria de Fátima Calsona (Ussi Bere), Olinda Graça Agostinho, Filomena Soares, Antónia Carmen (Boetai), Alluia Alkatiri, Maria de Fátima Babo, Úrsula Soares, Paulina Enchorial Soares, Fátima Guterres, Zulmira da Cruz Sarmento (Sirana), Maria Maia dos Reis (Lalu), Filomena da Costa Barreto (Bi-Tesi), Martinha Filomena do Rosário de Sousa (Tita), Luzia Fernandes Amaral e muitas mais. No seio deste movimento, elas lutavam pelos direitos das mulheres, prestando especial atenção aos direitos e dignidade das mulheres vulneráveis e marginalizadas. Aproximaram-se e trabalharam com elas para perceberem os papéis das mulheres na família, na comunidade e na sociedade.”<sup>6</sup>*

Isto vem demonstrar que, antes da Revolução dos Cravos em Portugal, as mulheres timorenses nunca tiveram a coragem de falar no espaço público porque ao longo de 450 anos, Timor viveu debaixo de um poder colonial tal que, apesar dos direitos humanos estarem consagrados há muito tempo, o povo timorense não tinha nenhuns direitos. Mas, como se pode ver, estas mulheres timorenses souberam estar, apesar do obscurantismo do colonialismo português, atentas aos movimentos do mundo. Aprenderam, a partir da sua realidade concreta, a organizar-se e desenvolveram a partir da sua análise, uma reivindicação e comunicação tão sofisticadas quanto as que são mostradas pelas dirigentes feministas mais cosmopolitas.

Com a experiência do movimento estudantil UNETIM, muitas mulheres que se esforçaram e tiveram coragem começaram a participar na política. Depois de respirarem

---

<sup>6</sup> ALVES, ABRANTES e REIS, *Written With Blood*, pp. 8-9.

o ar fresco da liberdade que Timor-Leste adquiriu do governo português após o 25 de Abril, os timorenses começaram a formar partidos políticos como a ASDT (Associação Social Democrata Timorense), que mais tarde, a 20 de Maio de 1975, se transformou em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), e ainda a UDT (União Democrática Timorense) e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense).

A FRETILIN, que defendia a independência, a liberdade total do povo maubere de qualquer forma de dominação e exploração, criou três organizações de massas: a OPJT (Organização Popular Juventude de Timor), a OPMT (Organização Popular Mulher de Timor) e a OPTT (Organização Popular Trabalhador de Timor). Isto coincidiu com a dissolução da UNETIM, todos os membros desta tendo-se encaixado quer na OPMT quer na OPJT. Começaram então as atividades dos centros de treino político (centros-piloto) em Aissirimou, no município de Aileu e em Bucoli, no município de Baucau.

De novo segundo Maria Domingas Alves, Laura Abrantes e Filomena Reis, “[...] embora algumas professoras estivessem envolvidas em comités educativos e culturais, as mulheres não tinham papéis de destaque na liderança da FRETILIN. Contudo, nas reuniões públicas, a percentagem de participação de mulheres e homens era igual. Por exemplo, Rosa Bonaparte Soares (Muki), que se tornou a primeira secretária geral da OPMT também era membro do Comité Central da FRETILIN, e participou em reuniões do Comité de Descolonização Português. A OPMT tinha duas vice-secretárias, Aicha Bassarewan e Filomena Aniceto (Lybe). Na sua fundação a 28 de setembro de 1975, Rosa Muki explicou: “A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) é

*uma organização popular que cria possibilidades para as mulheres participarem na luta pela revolução.”*<sup>7</sup>

Ao criar a OPMT, a FRETILIN pretendia levar as mulheres a tomarem parte na luta contra o colonialismo e eliminar quaisquer formas de violência e discriminação de que as mulheres timorenses tivessem sido objecto na sociedade colonial. O objetivo principal da OPMT era, portanto, a defesa dos direitos das mulheres. As militantes dessa organização ajudaram as mulheres timorenses oprimidas pelo obscurantismo com programas de alfabetização e elevaram-lhes a autoconfiança dando-lhes mesmo formação para falar diante de audiências. Logo, desde 1975, a FRETILIN já tinha um programa para libertar as mulheres timorenses, através de uma organização própria das mulheres.

Tal revelava-se necessário porque, na opinião de Rosiska Darcy de Oliveira e Mireille Calame, “[...] pelo facto de que, muitas vezes, no próprio interior dos movimentos que lutam pela transformação social, as mulheres são discriminadas ou confinadas em trabalhos subalternos. A existência dum movimento autónomo servia assim de garantia contra a repetição do fenómeno verificado por ocasião doutras revoluções sociais, nas quais as mulheres lutaram em pé de igualdade com os homens pelo triunfo revolucionário, sem que, todavia, a subversão da base económica tenha dado lugar a uma verdadeira igualdade.”<sup>8</sup>

Regressando à situação em Timor-Leste, de acordo com o Gabinete Assessoria da Promoção Igualdade (GAPI), “Para além da OPMT, uma emanção da FRETILIN, que existia desde 1975, foi criado em 1989, com objetivos religiosos, mas também de

---

<sup>7</sup> ALVES, ABRANTES e REIS, *Written With Blood*, p. 9.

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, e CALAME, Mireille, *Libertação da Mulher*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976, p. 19.

*formação social das mulheres, o ISMAK (Instituto Sekular Maun Alin Iha Kristu – Instituto Secular Irmãos Em Cristo). Em 1997, surge a FOKUPERS (Forum Komunikasi Perempuam Timor-Timur – Fórum Comunicação das Mulheres de Timor-Leste), uma organização humanitária e de defesa dos direitos humanos. Em 1998, nasce a OMT (Organização das Mulheres Timorenses), uma organização política que pretende reunir todas as mulheres empenhadas na independência do país; em Outubro 1998, é fundada a ETWAVE (East Timor Women Against Violence for Children Care – Mulheres de Timor-Leste Contra a Violência e pelo Cuidado das Crianças), dedicada ao combate à violência contra as mulheres e as crianças. Entretanto, outros grupos vão-se formando, alguns sob a alçada de movimentos políticos, como a OJECTIL (Organização Juventude Católica de Timor-Leste), a RENETIL (Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste), e o MAS (Aliança das Mulheres Socialistas), ou em torno de temas considerados importantes para as mulheres como são exemplo o PAS (Pronto Atu Serbi – Pronto Para Servir), a UNMT (União Nacional das Mulheres Timorenses), FORELSAM (Fórum das Mulheres de Timor Loro Sae para a Paz), o Comité dos Direitos Humanos de Timor-Leste e a Associação de Juristas de Timor Loro Sae.”<sup>9</sup>*

Estas organizações ou associações para reunir as mulheres tinham, portanto, como intenção firme, defender os direitos das mulheres e prepará-las para participar com os homens no desenvolvimento da sociedade e do país. Através destas organizações, as mulheres timorenses aprendiam como se podiam organizar, mesmo politicamente, apesar da ocupação do território pela Indonésia, que interveio militarmente em dezembro de

---

<sup>9</sup> CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, Edições Afrontamento, Porto, Novembro de 2006, pp. 88-89.

1975, depois da proclamação da independência pela FRETILIN e do início da guerra civil devido à reacção da UDT.

Tal como afirmou Taur Matan Ruak no seu discurso na comemoração do Dia Internacional das Mulheres a 3 de Março de 2013, *“Durante mais de 24 anos, Timor-Leste sustentou uma luta de libertação nacional. O preço da independência foram sofrimentos, violência, perda e morte. As mulheres timorenses lutaram ao lado dos seus compatriotas, estiveram na linha da frente da Resistência da libertação do país. A ação essencial das mulheres timorenses, o sofrimento pelo qual passaram às mãos do ocupante são testemunha da importância do seu contributo e participação em todos os aspetos da luta e da importância do seu papel no desenvolvimento do país, quer hoje quer no futuro.”*<sup>10</sup>

Taur Matan Ruak acrescenta ainda que é de louvar *“todas as mulheres do nosso país pela coragem, pelo esforço, pela valiosa contribuição e trabalho árduo que dedicam à proteção das famílias, da comunidade e da Nação. Temos de deixar de ver as mulheres simplesmente como seguidores e companheiras. As mulheres no nosso país mostraram repetidamente que a sua capacidade é tão importantes como a dos homens.”*<sup>11</sup>

Tal como mostraram ser capazes de o fazer no tempo da ocupação indonésia, as mulheres timorenses têm de se envolver na política e ser independentes. Devemos dar mais oportunidade às mulheres para darem as suas contribuições ao desenvolvimento nacional.

---

<sup>10</sup> RUAK, Taur Matan, *Cidadania para o Desenvolvimento, Discursos maio 2012-maio 2014*, Díli, LIDEL, Sentru Publikasaun Prezidénsia Republika, 2014, p. 259.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

De acordo com Maria Domingas Alves, Laura Abrantes e Filomena Reis, *“A luta das mulheres timorenses começou no tempo das nossas antepassadas. Quando falamos da história de Dom Boaventura lembramo-nos da luta das nossas bisavós para defender a sua dignidade humana. Elas não diminuíram a sua dignidade mas mostraram valores que têm significado, sacrificando-se a si mesmas. Vimos que D. Virgínia Sarmento Corte Real e outras mulheres escolheram ser “Mártires de Pureza” em vez de se entregarem aos abusadores.”*<sup>12</sup> Também Taur Matan Ruak evocou, num dos seus discursos, a luta de Dom Boaventura, que *“[...] embora tenha lançado um desafio poderoso à administração colonial, não teve o consenso dos reinos e foi, na verdade, o primeiro passo de um longo caminho. A aspiração à liberdade da nossa sociedade não foi com Dom Boaventura. Foi a nossa geração que teve o dever sagrado de realizar, finalmente, esse sonho. Em 1974, a liderança da FRETILIN veio aqui visitar e ouvir a viúva de Dom Boaventura, já de idade avançada, que comentou para os visitantes de 1974 que «os loricos voltaram a cantar», significando a renascença e a alegria que o novo nacionalismo trouxe ao coração dos timorenses.”*<sup>13</sup>

Apesar de esta viúva ter já uma idade avançada, teve um espírito jovem de nacionalismo. Deu um grande incentivo às lideranças de 1974, com a intenção juvenil de continuar a lutar para libertar a pátria e libertar igualmente as mulheres timorenses do obscurantismo, analfabetismo e ignorância. Foi por isso que as mulheres da geração de 1974 tomaram uma decisão firme: estavam prontas ao lado dos homens, lutavam para defender a sua dignidade e os seus direitos como seres humanos e queriam viver livres de intimidação e opressão na sua própria terra natal.

---

<sup>12</sup> ALVES, ABRANTES e REIS, *Written With Blood*, p. 8.

<sup>13</sup> RUAK, Taur Matan, *Cidadania para o Desenvolvimento*, p. 140.

Contudo, os direitos das mulheres timorenses só foram reconhecidos internacionalmente depois da intervenção da Organização das Nações Unidas em Timor-Leste, que se verificou a partir de 1999. Com efeito, *“Em Outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1325, «Mulheres, Paz e Segurança», requerendo a adoção, por parte de todos os atores envolvidos na negociação e implementação de acordos de paz, de perspetivas de género que abarquem as necessidades especiais das mulheres e raparigas durante a repatriação e reinstalação, reintegração e reconstrução pós-conflito. Recomenda ainda a inclusão nesta perspetiva de género de medidas que apoiem iniciativas para a paz por parte de mulheres locais bem como de processos indígenas de resolução de conflitos a par da participação das mulheres em todos os mecanismos de implementação dos acordos de paz e medidas garante dos direitos humanos das mulheres e raparigas, em particular as relacionadas com a constituição nacional, sistema eleitoral, política e sistema judicial.*<sup>14</sup>

Tal não se fez sem alguma relutância inicial, como revelou Sérgio Vieira de Mello, chefe da Administração Transitória da ONU em Timor-Leste (UNTAET, 1999-2002): *“Fui contra a criação de uma Unidade de Assuntos de Género para a UNTAET. Não acreditava que uma Unidade de Género pudesse ajudar a reconstruir instituições partindo das cinzas que as milícias deixaram. Estava enganado. O primeiro regulamento que aprovei garantia os padrões de direitos humanos, incluindo a CEDAW como fundações para todas as novas instituições de governo que criávamos. A Unidade deu vida a esta ideia ao tentar chegar até às mulheres timorenses e, em conjunto com o UNIFEM, prestou apoio que resultou numa percentagem de mulheres na Assembleia Constituinte maior do que do que em muitos outros países. A Unidade trabalhou com*

---

<sup>14</sup> Gabinete Assessoria da Promoção Igualdade, citado por CUNHA, Teresa, *Vozes Das Mulheres De Timor-Leste*, p. 91.

*mulheres de Timor-Leste para criar o que é agora o Gabinete do Governo de Timor-Leste para a Emancipação da Mulher.”*<sup>15</sup>

Esta ação deu garantias às mulheres para participar na vida política. Nas eleições de Agosto de 2001 estavam registados a nível nacional 16 partidos políticos, que compreendiam 991 candidatos; 268 deles eram mulheres, ou seja, 27% do total. Além desses 16 partidos políticos concorriam, pelo círculo nacional, ainda 5 candidatos independentes; desses, 3 eram mulheres eleitas pelas representantes da REDE (Rede das Mulheres Timorenses), uma organização que englobava 15 ONGs de mulheres e grupos de mulheres. Para os círculos regionais, além dos candidatos pelos partidos políticos, registaram-se 11 candidatos independentes, três dos quais eram mulheres.

Segundo Mónica Ferro *“Este elevado número de mulheres candidatas ficou-se a dever não apenas à ampla politização das mulheres em Timor-Leste, mas também à ação do UNIFEM. À semelhança do que já havia feito no Camboja e nas Fiji, o escritório para Ásia e Sudeste Asiático do UNIFEM, em colaboração com a Unidade de Género da UNTAET, realizaram 6 sessões de formação nas quais para além de esclarecerem os grupos de mulheres sobre variadas questões eleitorais, encorajavam-nas a candidatar-se. Após esta formação algumas mulheres decidiram construir uma coligação de apoio a todas as mulheres candidatas independentemente da sua filiação, e 26 delas candidataram-se às eleições de Agosto de 2001.”*<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> MELLO, Sérgio Vieira de, citado por FERRO, Mónica Sofia do Amaral Pinto, *Construção de Estados: as administrações internacionais das Nações Unidas*, Lisboa, ISCSP, 2006, p. 204.

<sup>16</sup> FERRO, Mónica S. A. P., *Construção de Estados*, p. 206.



A UNIFEM e a Unidade de Género conseguiram encorajar as mulheres locais a participar na política, candidatando-se quer como membros de partidos políticos quer como independentes.

Mónica Ferro acrescenta ainda *“Esta percepção teve reflexos mistos em Timor-Leste onde a UNTAET havia já adotado políticas de igualdade e alimentou um amplo debate entre Outubro de 1999 e Abril de 2001 em torno do recurso a medidas especiais temporárias que aumentassem a participação política das mulheres, garantindo uma representação mínima de 30% de mulheres no parlamento. O facto de no Kosovo, nas eleições municipais realizadas no quadro do UNMIK, se ter usado a política de quotas constituiu mais um forte argumento para as redes de mulheres que favoreciam esta prática. Assim, embora patrocinada pelo Conselho Nacional, a política de quotas não foi implementada em Timor-Leste. Porém, isso não impediu que o valor fosse quase atingido: 26% da Assembleia Constituinte eleita eram mulheres.”*<sup>17</sup>

Apesar destes avanços, segundo a Resolução de 2011 sobre participação política das mulheres da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, *“Mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de práticas e atitudes discriminatórias, e estereótipos de género, baixos níveis de educação, falta de acesso à liderança, à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres.”*<sup>18</sup> A realidade das mulheres timorenses quer na cidade quer nas áreas remotas está de acordo com este diagnóstico. Isso acontece porque em Timor-Leste, existe uma tradição e cultura patriarcal que considera que as

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 207.

<sup>18</sup> MOREIRA, Ana, “Liderança e Participação Política”, *Correio Feminino*, 12 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.correiofeminino.com.br/index.php/2016/11/12/lideranca-e-participacao-politica/>. Data de acesso: 25 de abril de 2017.

mulheres não merecem ocupar o espaço público. Pensa-se que a atividade política é um trabalho de homem. Muitas mulheres sentem até hoje que ainda não têm uma liberdade total porque estão sempre debaixo da pressão dos homens. Apesar de a lei dar garantias, a prática não está de acordo com ela. Assim, as mulheres timorenses estão quase sempre em modo inferior aos homens, pelo que é preciso dar apoio à sua participação nos espaços de poder e tomada de decisão. Isso tem de continuar a ser uma prioridade para o governo e as ONGs.

Segundo Mari Alkatiri, *“Ainda temos um problema: falamos com os homens para que os homens possam dizer verdade o que é verdade e dizer errado o que é errado. Precisamos de dialogar para resolver o problema, porque se as mulheres não ajudam para libertar os homens das coisas que não são verdade então é bastante difícil libertar as mulheres. Os homens precisam de se libertar a si próprios dos valores que chamamos retrógrados. A emancipação é uma libertação mútua.”*<sup>19</sup> A mesma coisa é acrescentada por João da Silva Sarmiento, *“A libertação da Pátria Timor-Leste tem de incluir a libertação das mulheres timorenses. A libertação de Timor-Leste irá perder o seu sentido se a mulher não se liberta.”*<sup>20</sup>

Em conformidade com o que referem estes dois autores, na era da independência os papéis das mulheres já não são iguais aos do tempo passado. Não têm apenas de cuidar dos filhos e das atividades domésticas, mas já é tempo de marcarem presença no espaço público. As relações de género em Timor-Leste contemporâneo resultam de diversas influências culturais e de acontecimentos históricos e políticos recentes muito complexos. O provérbio local, *«mane feto completa malu»* “o homem e a mulher completam-se”, tem

---

<sup>19</sup> ALVES, ABRANTES e REIS, *Written with Blood*, p. 14,

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 36.

as suas raízes nas leis costumeiras e na crença de que homens e mulheres, assim como os seus papéis na sociedade, são complementares. Para libertar as mulheres, é preciso que as famílias, e em especial os maridos, não levantem barreiras quando as suas esposas e filhas querem participar em atividades fora de casa. Há que dar mais oportunidade para elas se capacitarem a si mesmas, para terem mais autoconfiança e não se sentirem inferiores aos homens. A sociedade timorense precisa de mudar a sua mentalidade para atingir a igualdade de género.

Iman Subono, na abertura no Workshop sobre as Mulheres de Papua no dia 21 de dezembro de 2014, afirmou: “*Educarmos e orientarmos um homem é educarmos e orientarmos um indivíduo, mas educarmos e orientarmos uma mulher é igual a educarmos e orientarmos uma nação.*”<sup>21</sup> Do mesmo modo, em Timor, Rui Maria Araújo no seu discurso do Dia Internacional das Mulheres a 8 de março de 2015, disse “*Educar um rapaz é educar uma família mas educar uma rapariga é educar uma nação.*”<sup>22</sup> As opiniões de Imam Subono e Rui Maria Araújo encontram eco em Garcia Leitão Ribeiro no seu livro *Ser Mulher* “Educar um homem é educar um indivíduo, mas educar uma mulher é educar uma nação.”<sup>23</sup>

De facto, uma nação só pode desenvolver-se se as mulheres se desenvolverem. As mulheres são a fonte da vida humana. A participação das mulheres timorenses na vida política é de fundamental importância para o avanço das políticas públicas e de género em Timor-Leste. As mulheres sentem-se marginalizadas quando as políticas sociais não são bem executadas e não as incluem. É preciso criar uma nova consciência do papel das

---

<sup>21</sup> SUBONO, Iman, Discurso, 21 de Dezembro de 2014, Jakarta, Indonésia (observação direta do autor).

<sup>22</sup> ARAÚJO, Rui Maria, *Lian ba Igualdade* (A Voz da Igualdade), Edição 5, janeiro-março de 2015, p. 12.

<sup>23</sup> RIBEIRO, Garcia Leitão, *Ser Mulher*, Caxinde Editora e Livraria, Luanda, 2015, p. 24.

mulheres na sociedade e para isso a presença mais expressiva de mulheres em postos de comando é imprescindível.

Já em 1776, numa carta dirigida a John Adams, Abigail Adams tinha aconselhado: *“Não coloques um poder tão ilimitado nas mãos dos maridos. Lembra-te de que todos os homens seriam tiranos se pudessem. Se não se prestar particular atenção e cuidado às senhoras, estamos determinadas a fomentar uma rebelião e não nos sentiremos obrigadas a obedecer a quaisquer leis nas quais não tenhamos qualquer voz ou representação.”*<sup>24</sup> As mulheres, no tempo moderno, gritam ao mundo que têm capacidades e competências iguais às dos homens. Não nascem só para servir na cozinha, mas têm os mesmos direitos que os homens de trabalhar fora de casa.

Segundo Mary Ferreira, *“As mulheres, pela trajetória como se inseriram na política, precisavam de um tempo maior para se adaptar à nova realidade. A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.”*<sup>25</sup>

Na história da Humanidade, nunca, como hoje, foi dado à mulher enfrentar tantos desafios e tantas oportunidades. É vê-la conquistando espaço na busca do seu bem-estar no mundo moderno, alcançando muito mais do que noutras épocas e noutras circunstâncias. Hoje em dia, nos países democráticos, qualquer cidadão pode participar na política de acordo com a sua capacidade e competência. Em Timor-Leste, as mulheres

---

<sup>24</sup> ADAMS, Abigail, citado por MARTINS, Carla, *Mulheres, liderança política e média*, p. 19.

<sup>25</sup> FERREIRA, Mary, “Mulheres no legislativo: um estudo das cotas”, in Sívila Souza *et alii*, *Teoria e prática nas ciências sociais*, Araraquara, Cultura Acadêmica, 2003, citado por SOUZA, Sílvia Rita, “As Mulheres e a Política”, p. 1. Disponível em: <http://www.wdn.org/sites/default/files/AS%20MULHERES%20E%20POL%C3%8DTICA-Artigo%20S%C3%ADlvia%20Rita%20Souza.pdf>. Data de consulta: 21 de janeiro de 2016.

que participam na política não fizeram estudos em teoria política, mas apenas se formaram com as experiências políticas práticas que viveram. É necessário que elas aprendam mais para que consigam adaptar-se à nova realidade.

Segundo José Eduardo Carvalho, *“As mulheres querem hoje algo diferente: querem reconciliar, combinar os opostos, e isto tornou-se num grande tema da cultura contemporânea. As mulheres não dizem mais que querem substituir um mundo masculino por um feminino. Elas querem é ir além das oposições, suprimir a dominação do homem sobre a mulher e promover um mundo de reintegração dos elementos que haviam sido contrapostos.”*<sup>26</sup>

Em conformidade com o que foi dito acima, as mulheres estão a lutar para alcançar os seus sonhos. As mulheres timorenses já estão cansadas de ser apenas companheiras de luta. Elas querem compartilhar o exercício do poder e, para isso, elas precisam participar do processo político. A importância desse exercício de poder reside no facto de que a essência da política é a ação transformadora. Essa ação transformadora é o processo de organização da sociedade para que não seja manipulada pela maioria dominante. Fortalecer a mulher é igual a fortalecer a democracia, os direitos da pessoa humana. O que as mulheres desejam é construir uma sociedade mais justa.

No entanto, não foi fácil para as mulheres obterem pleno direito de participação na vida política. *“A Nova Zelândia foi o primeiro país do mundo a conceder o direito ao voto às mulheres no ano de 1893, ampliando os direitos políticos que elas tinham no âmbito municipal desde 1886. A Austrália fez o mesmo em 1902, com algumas restrições. Na Europa, o primeiro país onde as mulheres conquistaram o direito ao voto foi a*

---

<sup>26</sup> CARVALHO, José Eduardo, *As mulheres dominam a economia ...e a economia gosta!* Lisboa, Edições Silabo, 2015, p. 33.

*Finlândia, em 1906.*”<sup>27</sup> Sílvia Rita associa estes avanços à Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, em 1791, em França, mas a mulher na Europa só pôde exercer os seus direitos políticos no início do século XX. Já as mulheres timorenses só vieram a poder participar na política e ter direito de voto no início do século XXI.

Segundo Ana de Castro Osório, “A mulher, como o homem, nasce para si mesma. Tanto um como o outro fazem parte da sociedade, de que são fatores igualmente imprescindíveis, que não se compreenderia nem sequer existiria sem a união dos dois sexos, mas na qual indivíduos isolados podem coexistir igualmente decentes, honestos e respeitáveis”. A mesma autora “Considera ainda essencial a participação activa da mulher na vida política, uma vez que, sendo a política «a arte de bem dirigir uma nação, e a nação pertence tanto ao homem como à mulher», a sua participação nos actos da vida nacional, «protestando pelo direito e pelo dever contra a injustiça, a força e a intriga política, seria uma afirmação dos seus sentimentos cívicos e a prova de que compreendem as questões de que dependia a felicidade da sua pátria, o futuro honrado dos seus filhos”.<sup>28</sup>

Sendo a política a arte de dirigir uma nação, quer homens quer mulheres têm de dar as mãos e trabalhar juntos para desenvolverem a sua nação porque ambos têm os mesmos deveres e responsabilidades. Em Timor-Leste ainda há injustiça e discriminação contra as mulheres na participação de política. Os homens esqueceram que já estamos num momento de globalização, que esta é uma sociedade moderna.

---

<sup>27</sup> SOUZA, Sílvia Rita, “As Mulheres e a Política”, p. 1.

<sup>28</sup> OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 1905, pp. 31-33, citada por MELO, Helena Pereira de, “A fada do lar tenta tornar-se cidadã. O estatuto das mulheres no final da Monarquia e na I República”, in PIMENTEL, Helena Flunser e MELO, Helena Pereira de, *Mulheres Portuguesas. História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*, Lisboa, Clube do Autor, 2015, p. 36

Ora, segundo José Maria Buceta, *“As mulheres têm qualidades específicas que não são tão habituais nos homens, tais como a intuição, a capacidade de observação e uma maior orientação para as relações humanas. (...) Como coach tenho trabalhado com mulheres de alto rendimento (empresárias, directoras e gestoras). Valorizo muito a capacidade das mulheres para alcançarem grandes sucessos. E admiro a sua realização, quase sempre «contra o vento».”*<sup>29</sup>

As mulheres têm, pois, capacidade de dirigir e organizar, mas têm de enfrentar grandes obstáculos à sua liderança. Por isso, devem ser-lhes dadas mais oportunidades para aplicar os seus conhecimentos e as suas competências próprias, quer em Timor-Leste quer no resto do mundo.

## **1.2. Objeto do estudo**

O objeto deste estudo é a participação das mulheres timorenses na política depois da independência e até aos nossos dias (2002-2015).

## **1.3. Pergunta de partida**

A pergunta com que lançámos este estudo foi: “Como se faz a participação das mulheres timorenses na vida política nacional?”. No decorrer do trabalho, desdobrámo-la em várias outras perguntas:

---

<sup>29</sup> BUCETA, José Maria, citado por AMORIM, Rosália, *O homem certo para gerir uma empresa é uma mulher*, 3ª ed., Lisboa, PRIME Books, 2010, p. 58.

1. Depois da independência, será que as mulheres timorenses ainda enfrentam obstáculos para participar na vida política nacional?
2. Quais são esses obstáculos?
3. Que medidas têm sido tomadas pelo governo timorense para eliminar tais obstáculos?
4. Que instrumentos são usados pelas próprias mulheres para ultrapassarem os referidos obstáculos?
5. O que motiva as mulheres timorenses a participar na vida política?
6. Será que os partidos políticos dão actualmente oportunidade às mulheres para participarem na política?
7. Será que os partidos políticos têm programas para capacitarem as mulheres timorenses para participarem na vida política?
8. Que tipo de formação é que os partidos políticos e as organizações não governamentais (ONGs) fornecem às mulheres timorenses para as capacitarem?
9. Quais os resultados destes programas?
10. O número crescente de mulheres envolvidas na política corresponde a um progresso real na condição das mulheres timorenses ou é apenas um dado estatístico para contentar os doadores internacionais?



## 1.4. Metodologia

A metodologia adotada em qualquer trabalho de pesquisa depende do objectivo do estudo, da sua natureza e dos objectivos do investigador. A organização do trabalho pode variar consoante o tipo da abordagem analítica escolhida, e não se deve propor uma abordagem única no campo de investigação, pois corre-se o risco de esta ser inadequada.

Neste estudo, utilizamos uma metodologia qualitativa baseada na recolha de dados através de três técnicas distintas, que adiante serão descritas. “*Segundo Strauss e Corbin ‘os métodos qualitativos devem ser utilizados para descobrir e compreender o que está por trás de cada fenómeno sobre o qual pouco ou nada se sabe ... e permitem conhecer os pormenores complexos do fenómeno, difíceis de descobrir com os métodos quantitativos.’ Para estes autores a investigação qualitativa tem três componentes fundamentais: os dados, que podem advir de várias fontes, sendo a entrevista e a observação as mais comuns; os processos de análise ou interpretação, chamados codificação, que incluem técnicas para conceptualizar os dados e conduzem a comentários interpretativos que podem ser ou não de natureza teórica; e os relatórios, escritos e orais, da investigação.*”<sup>30</sup>

Por seu turno, “*Janesick afirma que o design qualitativo é holístico: o investigador começa por olhar uma paisagem ampla com a intenção de entender a globalidade da realidade observada. Os lugares estudados são aqueles onde a experiência do dia-a-dia acontece. O investigador, ele próprio instrumento da investigação, tem de estar presente,*

---

<sup>30</sup> STRAUSS e CORBIN (1990), citados em *Metodologia*, p. 112. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6914/1/11%20-%20Metodologia.pdf>. Data de consulta: 20 de maio de 2017.

*interagir com a realidade que pretende estudar, observar as actividades e os comportamentos e entrevistar as pessoas.”*<sup>31</sup>

Já para Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *“a intenção dos pesquisadores em ciências não é só descrever, mas compreender os fenómenos e para isso torna-se fundamental recolher dados que mostrem o fenómeno de forma inteligível.”*<sup>32</sup>

Nesta pesquisa foram utilizadas três técnicas de recolha de dados: entrevistas, observação e análise documental. A investigação qualitativa tem na entrevista um instrumento privilegiado de recolha de dados, sendo seguramente a técnica mais utilizada na investigação social. É uma forma muito válida de aceder às percepções das pessoas, aos significados e definições das situações e às construções da realidade.

A entrevista consiste numa conversa intencional entre duas pessoas com o objectivo de obter informações. Entrevistar é a forma mais eficaz de recolher dados primários no terreno porque o entrevistador enfrenta diretamente a face do entrevistado. Com efeito, a entrevista possibilita a recolha de dados de opinião que permitem não só fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo, como também conhecer, sob alguns aspectos, os intervenientes do processo.

Segundo Luciana Veiga e Sônia Gondim, *“A entrevista é uma técnica através da qual o pesquisador se coloca diante do participante para quem faz perguntas com o objetivo de obter informações que contribuam para a investigação. Trata-se de um diálogo assimétrico em que o pesquisador busca coletar dados e o interlocutor se*

---

<sup>31</sup> JANESICK (2000), citado em *Ibidem*.

<sup>32</sup> QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 41.

*apresenta como fonte de informação. As entrevistas procuram explorar o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem e desejam.”*<sup>33</sup>

Tais ideias são corroboradas por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt: “As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras.”<sup>34</sup> Por esta razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas, assim os entrevistados podem expressar tudo o que pensam.

Segundo J. Ketele, “A entrevista é um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou grupos, com várias pessoas cuidadosamente seleccionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações.”<sup>35</sup>

Também recolhemos informação através de observação direta. Segundo Maria José Sousa e Cristina Soles Baptista, “A observação é uma técnica de recolha de dados que se baseia na presença do investigador no local de recolha desses mesmos e pode usar métodos categoriais, descritivos ou narrativos.”<sup>36</sup> A observação realizada baseia-se sempre no objetivo da pesquisa e é feito sistematicamente, através de um planeamento

---

<sup>33</sup> VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia Maria Guedes, “A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”, *Opinião Pública*, Vol. VII, nº 1, 2001, p. 1. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762001000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100001). Data de consulta: 17 de janeiro de 2017.

<sup>34</sup> QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, p. 69.

<sup>35</sup> KETELE, J., citado por SOUSA, Maria José e BAPTISTA, Cristina Sales, *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*, 5ª ed., Lisboa, PACTOR, 2016, p. 79.

<sup>36</sup> SOUSA e BAPTISTA, *Como fazer investigação*, p. 88.

cuidadoso. Neste caso, a observação focou-se na atuação das mulheres timorenses, quer como candidatas quer como votantes, na campanha eleitoral e durante as eleições locais de 2016, que decorreram durante o nosso trabalho de campo em Timor-Leste.

Por fim, a pesquisa de informação foi também feita a partir de documentos originais – discursos, leis, relatórios de instituições públicas e organizações não governamentais, folhetos, etc. – assim como de livros, artigos de revistas científicas e de jornais, pesquisados em bibliotecas ou *online*. Tal como também afirmam Maria José Sousa e Cristina Soles Baptista, “A *análise documental constitui-se como uma técnica importante da investigação qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja através da descoberta de novos aspectos sobre um tema ou problema.*”<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> SOUSA e BAPTISTA, *Como fazer investigação*, p. 89.

## **CAPITULO II**

### **AS MULHERES TIMORENSES E OS PARTIDOS POLÍTICOS**

Este capítulo descreve o envolvimento das mulheres nos partidos políticos no contexto de Timor-Leste. Muitas mulheres participam na vida política, mas são apenas militantes e simpatizantes partidárias. Bastante poucas ocupam ou assumem cargos nas estruturas dos partidos políticos. Há 22 partidos políticos em Timor-Leste, mas apenas três mulheres foram presidentes de partidos. Em Timor-Leste a cultura patriarcal ainda continua a prevalecer, por isso as mulheres ainda se deparam com muitas barreiras e dificuldades.

#### **2.1. O porquê da participação das mulheres em partidos políticos.**

Os partidos políticos são organizações que reúnem pessoas para trabalharem juntas e alcançarem o objectivo que desejam: vencer as eleições gerais e assim ganharem poder no Parlamento Nacional e no Governo. No entanto, o sistema partidário é mais amplo do que a representação partidária, de modo que o primeiro não se restringe à sua representação eleita, constituindo-se num dos vários canais de organizações colectivas de veiculação de ideias em relação à vida social e política. A política, na sua forma institucionalizada, é organizada e legitimada por meio de uma estrutura que tem na relação de governantes e parlamentares, em geral por meio dos partidos políticos, o seu principal mecanismo legitimador. O poder político representativo é requisito constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados tendo em vista a disputa desse poder. As suas acções e políticas são orientadas, em última instância, pela busca de acesso

ao poder, cujo canal de exercício e disputa política é a representação parlamentar e/ou governamental. Assim, ao lado de posições ideológicas, são os cálculos eleitorais que influenciem na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos actores nessas estratégias, inclusive o recrutamento e os investimentos eleitorais.<sup>38</sup>

Os partidos políticos preparam programas de forma a levarem outras pessoas, que se identificam com eles, a serem militantes ou simpatizantes destes partidos. Os serviços dos partidos políticos recrutam as pessoas e dão-lhes formação para implementarem o programa em conformidade com os seus objectivos. Segundo Downs, *“A identificação partidária explica-se porque os partidos e as ideologias políticos são referenciais para os eleitores que os usam para diminuir custos de obtenção e processamento das informações políticas necessárias para a sua tomada decisão.”*<sup>39</sup>

Neste capítulo concentramo-nos na participação das mulheres na vida política. Portanto, tentamos avaliar como é feita essa participação através dos partidos políticos. De acordo com Albina Marçal Freitas, *“escolher e seguir um partido político é um direito de todos cidadãos, bem como através deste participar no Parlamento Nacional e fiscalizar o funcionamento do governo”*.<sup>40</sup>

A sociedade timorense é uma sociedade que pela primeira vez desfruta de independência como uma nação democrática. Por isso a população está cheia de vontade

---

<sup>38</sup> ARAÚJO, Clara, “Partidos Políticos e Género: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, 2005, p. 4. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237030742\\_Partidos\\_politicos\\_e\\_genero\\_mediacoes\\_nas\\_rotas\\_de\\_ingresso\\_das\\_mulheres\\_na\\_representacao\\_politica](https://www.researchgate.net/publication/237030742_Partidos_politicos_e_genero_mediacoes_nas_rotas_de_ingresso_das_mulheres_na_representacao_politica). Data de consulta: 16 de Abril de 2016.

<sup>39</sup> DOWNS, Anthony, *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper & Row, 1957, citado por CARREIRÃO, Yan de Sousa e KINZO, Maria D’Alva G., “Partidos políticos, Preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)”, *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 47-1, 2004, p. 133. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/218/21800104.pdf>. Data de consulta: 8 de Junho de 2016.

<sup>40</sup> FREITAS, Albina Marçal, Entrevista, Díli, 17 de novembro de 2016.

de participar na vida política. Judite Dias Ximenes, como presidente do Conselho da *Rede Feto* (Rede das Mulheres) de Timor-Leste disse que “*homens e mulheres têm direitos iguais para se organizarem e fundarem um partido político. Por exemplo, Fernanda Borges como Presidente do Partido de Unidade Nacional (PUN) conseguiu obter 3 lugares no Parlamento, no período de 2007-2012. Fernanda Borges foi uma mulher muito afirmativa que transmitiu sempre as aspirações do povo no Parlamento Nacional.*”<sup>41</sup>

Entretanto Maria Amélia Pinto, como militante do partido FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) acrescentou que escolheu esse partido porque foi a FRETILIN que organizou a luta pela Independência. Foram muitas as famílias cujos membros que foram abatidos na luta à sombra da FRETILIN. Ela própria participou na luta pela independência. Aconteça o que acontecer, ela continuará a manter como partido a FRETILIN.<sup>42</sup> A mesma ideia é expressa por Deolinda Freitas, que diz que continuará a manter como partido a FRETILIN porque por causa da FRETILIN o seu filho caiu em batalha, e ela e a sua família foram exilados para a ilha de Ataúro. Portanto, ela continuará com a FRETILIN porque a FRETILIN está entranhada nela.<sup>43</sup>

Por outro lado, Ana Maria Baptista disse que ela deveria votar no Partido Democrata (PD) porque o seu marido é funcionário do PD. Ana Maria Baptista insiste que escolheu o Partido Democrata porque estava interessada no programa desse partido<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> XIMENES, Judite Dias, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.

<sup>42</sup> PINTO, Maria Amélia, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.

<sup>43</sup> FREITAS, Deolinda, Entrevista, Viqueque, 6 de novembro de 2016.

<sup>44</sup> BAPTISTA, Ana Maria, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.

Baseando-nos nos pontos de vista das mulheres acima mencionadas, podemos dizer que os timorenses em geral e as mulheres em particular determinam a sua escolha de partidos políticos por motivos próprios e com vários antecedentes. Alguns escolhem um partido por causa da história da luta e sofrimento da sua família. Outros escolhem um partido porque querem obter poder. Outros ainda escolhem um partido político porque a sua família está ligada ao fundador do partido. Foi o que disse Ana Maria Baptista, mencionada acima: trata-se de uma opção familiar e para ter poder. Se o Partido Democrata ganhasse a eleição o seu marido iria ter lugar no Parlamento Nacional ou no Governo, ou seja, deteria poder legislativo ou executivo.

Por outro lado, Maria Maia dos Reis disse: *“Eu com 17 anos aderi à FRETILIN porque era o único partido que defendia a independência para Timor Leste. Fui uma das estudantes sobreviventes da UNETIM (União Nacional dos Estudantes Timorenses), colaboradora da primeira estrutura nacional da OPMT (Organização Popular Mulher de Timor) fundada em setembro de 1975. Durante os três anos da resistência através da guerrilha nas montanhas de Timor, era vice-Secretária da OPMT, assistente do sector Centro Leste. Depois da independência assumi um cargo político como membro do CCF (Comité Central da FRETILIN), membro do Conselho Diretivo e do Conselho Coordenador da OPMT por dois períodos. Fui membro do Parlamento Nacional por um período de 5 anos. Hoje sou um dos quadros da FRETILIN, da OPMT e membro da Associação dos Combatentes e Veteranos da Luta de Libertação de Timor Leste.”*<sup>45</sup>

Baseando-nos na experiência de Maria Maia dos Reis mencionada acima podemos ver como é importante o papel das mulheres num partido político. As funções que são executadas por mulheres num partido político mostram quão influentes são sobre a

---

<sup>45</sup> REIS, Maria Maia, Entrevista, Díli, 10 de dezembro de 2016.



sociedade. Maria Maia dos Reis tem demonstrado capacidade de organização e de acção na política partidária. Além disso, a FRETILIN é um partido histórico em Timor-Leste, como descrito por Maria dos Reis. E a realidade mostra que cada partido procurou alcançar uma maior participação das mulheres ao nível da sua estrutura. Primeiro a FRETILIN, na luta pela independência, teve uma organização feminina, depois os partidos políticos que foram estabelecidos após a independência seguiram-lhe o exemplo e criaram organizações de mulheres no seu interior, por exemplo o CNRT, o PD, a Frente Mudança, etc.

Ao optarem por determinado partido político, na verdade, as mulheres em Timor-Leste realizam o que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): *“As comunidades estão profundamente envolvidas nos processos económico, social, cultural e político em suas vidas. As comunidades em alguns casos, têm controlo totalmente direto sobre processos acima e em outros casos, o controlo pode ser parcial ou indireto. O mais importante é a sociedade ter sempre acesso a informações sobre a decisão política e o poder. Neste caso, a participação é uma parte importante no desenvolvimento humano.”*<sup>46</sup>

Partindo da história da luta das mulheres pela independência, vemos que cada uma, à sua maneira, deu uma grande contribuição para a vida política em Timor-Leste, quer através dos partidos políticos quer através de Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais. Do meu ponto de vista, as mulheres são muito activas na vida política em Timor-Leste. Elas envolvem-se nos partidos políticos existentes e até houve algumas mulheres que fundaram os seus próprios partidos, como Fernanda Borges que

---

<sup>46</sup> PNUD, 1993, citado por Jurnal Perempuan 79, *Pemilu dan Keterwakilan* (Revista das Mulheres, Eleições e Representação), Jakarta Selatan, novembro de 2013, p. 47.

fundou o Partido de Unidade Nacional (PUN), Aliança de Araújo que fundou o Partido Timorense Democrata (PTD) e Martinha da Silva que fundou o Partido Klibur Unidade Timor Oan (KUNTO).

Isto vai no sentido do que diz Sónia Frias: *“Na prática, ainda que a tradição continue a promover substancialmente os homens, um olhar mais atento possibilita-nos o reconhecimento de que algumas transformações podem estar já em curso no campo das actuações sociais dos indivíduos, nomeadamente da intervenção permitida às mulheres e dos tradicionais padrões de organização social em que ao homem é reconhecida a posição de chefe de família e à mulher a de dona de casa.”*<sup>47</sup>

## **2.2. Desafios enfrentados pelas mulheres timorenses na vida partidária.**

Como dito acima, as mulheres em Timor-Leste têm hoje os mesmos direitos de participar na política que os homens, em conformidade com a Constituição de Timor-Leste, Artigo 17 sobre *“Igualdade entre mulheres e homens: a mulher e homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os domínios da vida familiar, cultural, social económica e política.”*<sup>48</sup> Pela sua participação na luta pela independência, atingiram, no século XXI, aquilo que João Esteves e Natividade Monteiro referiram ter sido conquistado por outras mulheres anteriormente: *“Durante o Século XX verificou-se uma progressiva visibilidade das mulheres nas lutas pela conquista de direitos sociais, legais e políticos, visando igualá-los nos dois géneros que constituem a Humanidade, o que*

---

<sup>47</sup> FRIAS, Sónia, *“Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira”?: Mulheres, economia informal e mudança cultural*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006, p. 34.

<sup>48</sup> Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Artigo 17, Igualdade entre Mulheres e Homens, 2002, p. 12. Disponível em: [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao\\_RDTL\\_PT.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf). Data de consulta: 24 de Setembro de 2016.

*contribuiu para questionar o silenciamento de protagonistas, vozes, testemunhos e experiência femininas.”*<sup>49</sup>

Portanto, hoje em dia todos têm o mesmo direito a realizar qualquer actividade no processo de desenvolvimento, incluindo a política partidária. Mas note-se que, a fim de criar um partido político, exigem-se pessoas qualificadas e que tenham uma grande influência sobre a sociedade. Pessoas como Domingas Alves (Bilou Mali), membro do Parlamento Nacional no período de 2012-2017, também ela uma veterana e terceira Vice-Presidente do Congresso Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT). Ela explica: *“Fui membro do CCF (Comité Central da FRETILIN) no período de 2002-2007. Porém, fui chamada por Kay Rala Xanana Gusmão para se juntar à CNRT em 2007. Aceitei a oferta porque Xanana Gusmão foi líder da guerrilha e um bom político tanto na luta pela independência como depois da independência.”*<sup>50</sup>

Quando Xanana Gusmão fundou o CNRT, quis que a veterana Bilou Mali se juntasse a ele porque foi uma das três mulheres que resistiram como guerrilheiras ao longo de 24 anos no mato. E Bilou Mali tinha grande influência na Região Centro no tempo na luta da independência. Portanto Xanana queria-a para influenciar as comunidades na região Centro, nomeadamente os municípios de Manatuto, Manufahi e Viqueque. Os partidos políticos no contexto de Timor-Leste precisam também das mulheres que têm influência sobre a sociedade. Porque as mulheres sempre tiveram grande influência sobre a comunidade, quer no tempo da luta pela libertação da pátria quer depois da independência.

---

<sup>49</sup> CASTRO, Zelia O. de, ESTEVES, João e MONTEIRO, Natividade, *Mulheres na 1ª República (Percursos Conquistas e Derrotas)*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p. 13.

<sup>50</sup> ALVES, Domingas (Bilou Mali), Entrevista, Díli, 13 de Novembro de 2016.

Apolo Justino França da Silva, Presidente da Juventude do Partido Democrata (PD) no município Díli, disse que *“O Partido Democrata é um partido que acomoda a geração mais jovem. Daí a necessidade de um equilíbrio entre homens e mulheres. Neste momento há muitas mulheres que têm competência e experiência para conduzir ou liderar a política em conformidade com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Para avaliar a capacidade das mulheres para participar nas eleições gerais em 2017, realizou-se o Congresso das Mulheres do Partido Democrata. No congresso discutimos sobre planeamento e programas da campanha do Partido Democrata nas eleições gerais que vêm aí. Formámos e reforçámos a estrutura dos quadros de mulheres do Partido Democrata para nos apresentamos às eleições gerais que irão realizar-se no mês de julho de 2017.”*<sup>51</sup>

Baseando-nos no que fizeram Xanana Gusmão como Presidente do CNRT e Apolo Justino F. da Silva como Presidente da Juventude do PD vemos que há reconhecimento pelos homens da influência das mulheres no seio da comunidade. Portanto, as mulheres são indispensáveis aos partidos políticos no contexto político de Timor-Leste. Porém, é necessário saber se as mulheres são, não apenas necessárias mas também activas nos partidos políticos. Se são mobilizadoras e motivadoras dos militantes e simpatizantes. Quando elas têm capacidade de influenciar os militantes e participantes, então naturalmente elas irão obter um poder que pode ser legislativo ou executivo.

As mulheres são necessárias aos partidos políticos não só por causa da lei e da igualdade de direitos e deveres, mas porque têm capacidade de influenciar a política. A mesma situação é descrita pelo Deputado Federal José Dirceu quanto à participação das mulheres no Brasil: *“Acredito que nunca foi tão necessária a presença da mulher na*

---

<sup>51</sup> SILVA, Apolo Justino França, Entrevista, Díli, 7 de Janeiro de 2017.

*política, não só por questão de direito e igualdade, mas de sensibilidade. A mulher, que hoje já chefia quase um quarto das famílias brasileiras, precisa e deve, cada vez mais, participar da vida política. Quando falo em participar da vida política, não estou fazendo referência a apenas se filiar a um partido ou ser candidata a um cargo eletivo, mas principalmente — e acredito ser o principal problema do Brasil hoje — participar da luta social e da política, de modo geral”<sup>52</sup>*

Podemos pensar a inserção das mulheres nos partidos e seu acesso à representação política a partir desses níveis, considerando a sua inserção organizacional, o processo de recrutamento legislativo, que inclui fases distintas, e o comportamento partidário diante das regras do sistema eleitoral. Em suma, o sistema partidário em geral e o contexto específico dos partidos políticos em particular constituem variáveis que ajudam a entender não apenas a dinâmica da participação partidária, mas, sobretudo, os padrões de inserção das mulheres nas instâncias legislativas.<sup>53</sup>

Por outro lado, há também várias organizações de mulheres em Timor Leste que se dedicam à inclusão e fortalecimento da participação activa de mulheres na vida política dos partidos. Por exemplo Caucus - A Mulher na Política deu formação e capacitação a 82 mulheres de 3 municípios (Aileu, Ermera e Liquiçá). Essas mulheres vieram de quatro partidos: FRETILIN, CNRT, Partido Democrata e Frente Mudança. Na formação, as participantes receberam materiais sobre os deveres de um Presidente de Assembleia Municipal, a estrutura pré-desconcentração, processos e critérios para o recrutamento de

---

<sup>52</sup> DIRCEU, José, citado por GROSSI, Míriam P. e MIGUEL, Sônia M., “Transformado a diferença: as mulheres na Política”, *Revista Estudos Feminista*, Vol. 9, nº 1, 2001, p. 5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>. Data de consulta: 15 de janeiro de 2017.

<sup>53</sup> ARAÚJO, Carla, “Partidos políticos e género: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, Junho 2005, p. 5. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100013>. Data de consulta: 15 de janeiro 2017.

gestores e critérios para a nomeação de um Presidente de Câmara Municipal, planeamento de programas financeiros com sensibilidade de género, gestão de liderança, gestão de conflitos e sistemas de debates interactivos sobre o sistema democrático que está sendo executado. A formação foi realizada em outubro e dezembro de 2014.<sup>54</sup>

A Diretora de Caucus - A Mulher na Política disse que, a partir dessa formação, identificaram mulheres com potencial para competir nas eleições de Chefe de Suco e Membro do Conselho de Suco. Por exemplo, no município de Aileu têm 9 mulheres preparadas para isso, no de Ermera têm 10 e no de Liquiçá têm 5.<sup>55</sup>

Com base em todas as experiências das entrevistadas sobre mulheres em partidos políticos, pode ver-se que a participação das mulheres timorenses nos partidos políticos faz progressos a cada ano. Por causa da existência de organizações de mulheres, bem como de programas do governo têm sido criadas oportunidades para as mulheres de Timor Leste escolherem e seguirem um partido político, quer como simpatizantes quer como militantes ou mesmo como administradoras e fundadoras. A mesma ideia foi adiantada por Knut Ostby, Coordenador Residente das Nações Unidas: *"Timor-Leste tem feito história através do estabelecimento de um país que respeita os valores da democracia, da liberdade e da paz. Timor Leste criou instituições que adotam um sistema político e jurídico que sustenta a igualdade de género"*.<sup>56</sup>

Coisas positivas para a igualdade entre homens e mulheres têm sido entendidas e realizadas pelo povo de Timor-Leste, mas o importante é que todos devem estar cientes

---

<sup>54</sup> *Avaliação do Programa Capacitação da Mulher na Política* (Relatório), Díli, CAUCUS, 2014, p. 17.

<sup>55</sup> *Avaliação do Programa Capacitação da Mulher na Política* (Relatório), Díli, CAUCUS, 2014, p. 17.

<sup>56</sup> Citado em *A Voz da Igualdade*, Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Ecoómica da Mulher, janeiro-março 2015, p. 12.

de que, a fim de realizar uma atividade política ou qualquer outra atividade, precisam sempre de recursos humanos bem preparados e motivados. Portanto as comunidades, as organizações de mulheres e o governo precisam de cooperar a fim de atingir a igualdade de género em prol do bem-estar dos homens e das próprias mulheres. Isto foi confirmado pela Secretária de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher, Veneranda Lemos, que expressou a sua “[...] *gratidão a todas as organizações e todos os que trabalharam no duro para o empoderamento das mulheres na igualdade política, económica e de género em Timor-Leste.*”<sup>57</sup>

Apesar de, em Timor-Leste, muitas mulheres estarem envolvidas nos partidos políticos, ainda não conseguem atingir todos os seus objetivos. As mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades no acesso ao espaço público, na opinião das entrevistadas. Segundo Gizela de Carvalho, “*Em Timor-Leste ainda domina o pensamento que os homens servem para se envolverem na actividade política e na liderança. Os espaços das mulheres não estão no campo político, mas no doméstico.*”<sup>58</sup> Do mesmo modo se pronuncia Marquita Soares: “*As culturas patriarcais tornam as mulheres boas só para cuidar dos filhos e das tarefas domésticas.*”<sup>59</sup> Pasba reforça: “*Tal qual como no Ocidente, para o homem timorense a mulher foi feita para ter filhos, para estar em casa a cuidar dos filhos, a cuidar das tarefas domesticas; eles não gostam muito que elas participem nas reuniões. Embora já haja algum salto qualitativo, ainda predomina esta mentalidade.*”<sup>60</sup> Maria de Fátima Belo acrescenta: “*A mentalidade patriarcal ainda*

---

<sup>57</sup> Citada em *Ibidem*.

<sup>58</sup> CARVALHO, Gizela de, Entrevista, Díli, 12 de Dezembro de 2016.

<sup>59</sup> SOARES, Mariquita, Entrevista, Díli, 17 de Dezembro de 2016.

<sup>60</sup> PASBA citada por CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, Porto, Edições Afrontamento, 2006, p. 118.

*continua a prevalecer. A principal função da mulher é a função doméstica.”*<sup>61</sup> E Aliança Conceição de Araújo constata: “*As mulheres timorenses após a independência estão a contribuir para o desenvolvimento do país em todos os sectores, mas na realidade ainda estão a confrontar-se com a cultura patriarcal, o que cria desafios e obstáculos.*”<sup>62</sup>

Para Teresa Cunha, “*O patriarcado é um sistema ideológico e de práticas sociais, materiais e imateriais, que naturaliza a superioridade do sexo masculino (na sua figura simbólica do pai) sobre o sexo feminino. Considerado uma construção social, o patriarcado funda e alimenta relações de género que determinam os papéis sociais e simbólicos atribuídos ao feminino e ao masculino, opondo-os em dicotomias subalternizadoras do género feminino. Assumindo diversas formas, utilizando variados instrumentos de opressão, o patriarcado é, portanto, um sistema relações de poder desiguais e hierárquicas, baseadas no controlo do masculino sobre o feminino.*”<sup>63</sup>

Isso mesmo constata Brígida Antónia Correia: “*A cultura patriarcal em Timor-Leste coloca as mulheres na segunda posição, as mulheres estão sempre submetidas aos homens ou aos maridos. Para as mulheres é muito difícil o acesso ao espaço público.*”<sup>64</sup>

Na sociedade timorense, domina uma mentalidade patriarcal que afeta muito a vida das mulheres, quer no âmbito doméstico quer no espaço público. Este sistema impede o desenvolvimento das próprias mulheres, especialmente em relação ao seu poder de decisão. Impede-as, como cidadãs, de contribuírem ativamente para o desenvolvimento

---

<sup>61</sup> BELO, Maria de Fátima J. Correia Costa, Entrevista, Díli, 20 de dezembro de 2016.

<sup>62</sup> ARAÚJO, Aliança Conceição de, Entrevista, Díli, 24 de novembro de 2016.

<sup>63</sup> CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, p. 42.

<sup>64</sup> CORREIA, Brígida, Antónia, Entrevista, Díli, 10 de Dezembro de 2016.



nacional. É necessário fazer uma transformação das mentalidades tanto de homens como de mulheres através da socialização e senilização sustentável.

Segundo Laura Pina, directora da ONG Pátria, *“Igualdade de género é responsabilidade de todas as pessoas. Para derrubar os desafios que impedem as mulheres de participar na vida política e o acesso ao espaço público é preciso o compromisso de todas as partes interessadas.”*<sup>65</sup> Também o relatório de pesquisa do CNIC (Centro Nacional de Investigação Científica da UNTL) descreve que *“Muitas mulheres timorenses ainda não assumiram papéis importante nos partidos políticos porque as mulheres não têm ainda confiança em si próprias e são muito dependentes dos homens.”*<sup>66</sup> José Manuel Ramos Horta reforça isto, dizendo: *“Na direcção actual do CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense) composta por 21 pessoas membros da Comissão Política Nacional, apenas existe uma mulher e é uma pena, mas espero que em agosto, no Congresso Nacional do CNR, esta situação seja corrigida.”*<sup>67</sup> Por outro lado Maria Olandina Caeiro afirma que *“A igualdade ainda não existe, na representação, em termos de sexos, no CCNAT (Conselho Consultivo Nacional da Administração de Transição), composto por 15 membros, há apenas três mulheres.”*<sup>68</sup>

A Lei nº 3/2004 sobre Partidos Políticos, artigo 8, diz: *“Os partidos políticos devem promover a participação feminina especialmente nos órgãos de direcção do Partido definindo, se assim o entenderem, um sistema de quotas ou outras medidas que*

---

<sup>65</sup> PINA, Laura, 100% HAU PRONTU (Estou Pronta a 100%), Díli, 4 de Maio de 2016. Disponível em: <https://hauprontu.wordpress.com>. Data de consulta: 15 de Março de 2016.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> HORTA, José M. Ramos, Tais Timor, OCPI-UNTAET, Vol. I, nº. 9, 12-25 de Junho 2000, p. 2. Disponível em: [http://www.un.org/en/peacekeeping/mission\\_past/timor/untaetPU/newesletter9P.pfd](http://www.un.org/en/peacekeeping/mission_past/timor/untaetPU/newesletter9P.pfd). Data de consulta: 15 de Março de 2016.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 4.

*promovam a participação da mulher nas actividades político-partidárias.” E na alínea 2: “Os partidos políticos devem promover igualmente a participação dos cidadãos mais jovens da faixa etária compreendido os 17 e os 35 anos nos órgãos de direcção do partido, definindo se for caso, um sistema de quotas.”*<sup>69</sup> Apesar de a Lei nº 3/2004 pretender promover as mulheres nas estruturas nos partidos políticos, a realidade da sociedade timorense mostra o contrário, porque os que aí dominam são homens.

Segundo relatório do GAPI (Gabinete Assessoria da Promoção da Igualdade 2002) Teresa Cunha disse, *“Sabe-se que muitas mulheres estiveram desde os primórdios da luta, completamente comprometidas com a causa da libertação da pátria. Contudo estiveram quase sempre e quase absolutamente ausentes dos órgãos de liderança da resistência. Apesar de todas as responsabilidades assumidas, dos riscos corridos e dos contributos dados à luta, as mulheres foram marginalizadas da esfera formal do poder. Apenas duas mulheres faziam parte de um grupo de trabalho do CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere), Pascoela Barreto e Inês Almeida. Outra duas tinham cargo de destaque nas suas organizações políticas: Milena Pires, como vice-presidente da UDT (União Democrática Timorense), e Ana Pessoa, como membro do Conselho Central da Delegação Externa da FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). Não há prioridade nem programas para melhorar a participação das mulheres na luta no exterior apesar de não terem sentido uma obstrução óbvia à participação das mulheres por parte dos dirigentes.”*<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> Lei nº 3/2004, Sobre Partidos Políticos, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 10 de Fevereiro de 2004, p. 3. Disponível em: [http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002\\_2005/leis\\_parlamento\\_nacional/3\\_2004.pdf](http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/3_2004.pdf). Data de consulta: 15 Março de 2016.

<sup>70</sup> CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, p. 79.

Baseando-nos nas opiniões mencionadas acima, pode dizer-se que a cultura patriarcal ainda está dominando, por isso as mulheres devem preparar-se a si próprias para poderem competir com os homens. Os homens devem consentir que os papéis das mulheres sejam tão importantes quanto os seus no desenvolvimento da sociedade e do país. Osório Florindo, como Presidente da Comissão E do Parlamento Nacional, disse no seu discurso na comemoração do dia mundial das mulheres: *“A globalização faz o aspecto das mulheres são importantes, juntamente com homens para realizar o desenvolvimento quer nacional e internacional.”*<sup>71</sup>

Segundo Maria Domingas Fernandes Alves (Micato), *“Em Timor-Leste, a experiência mostrou que a opressora mentalidade colonial levou a que as mulheres fossem consideradas fracas. As mulheres sofreram uma dupla consequência durante este conflito armado. Desde a invasão pela Indonésia, as mulheres timorenses estão conscientes e determinadas a serem mulheres e mães dos cidadãos timorenses. Durante o longo conflito, que transcendeu processos estratégicos, as mulheres sofreram inúmeros sacrifícios. Acreditamos que pelo menos 45% das mulheres ficaram viúvas, como resultado dos seus maridos terem sido mortos ou terem desaparecido durante a luta armada. Muitas vezes, os homens e os jovens todos de uma aldeia eram mortos, como aconteceu em Craras, em Viqueque, no leste, e que é hoje conhecida pela aldeia das viúvas. As viúvas têm de criar os seus filhos e uma vez mais realizar a dupla função de mãe e de pai. A administração civil das Nações Unidas emprega menos de 20% de mulheres, apesar da política adoptada pela UNTAET em estabelecer uma quota de 30% ainda que as mulheres sejam mais de 50% da população de Timor-Leste. Até que*

---

<sup>71</sup> FLORINDO, Osório, “Lae ba Violência, Sim ba Igualdade ba Género (Não à Violência, Sim à Igualdade de Género)”, Dfili, 9 de Setembro de 2009, p. 1. Disponível em <http://salurik.blogspot.pt/2009/09/lae-ba-violencia-sim-ba-igualdade-ba.html>. Data de consulta: 17 de Fevereiro de 2016.

*atingamos a igualdade na participação política, económica e social, a nossa luta não terá terminado.”*<sup>72</sup>

Segundo Pilcher e Wheehan, “*Se o paradigma patriarcal da supremacia masculina não for eliminado, a reclamação, pelas mulheres, de medidas que respeitem a diferença e vão de encontro às suas reais necessidades, corre o risco de converter-se, na prática, na adopção de medidas, compensatórias das inferiores capacidades das mulheres.*”<sup>73</sup>

Em conformidade com opiniões mencionadas acima a situação real em Timor-Leste as mulheres estão sempre na segunda posição. A superioridade do homem ainda domina em todo território. As mulheres timorenses também se sentiam elas não têm ainda a capacidade para as funções que lhes deram.

---

<sup>72</sup> CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, p. 92.

<sup>73</sup> PICHER e WHEHAN citados por NÚNCIO, Maria José da Silveira, *Mulheres em Dupla Jornada, A Conciliação entre o Trabalho e a Família*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008, p. 34.

## CAPÍTULO III

### AS MULHERES TIMORENSES NOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA

No cumprimento do princípio de igualdade entre os géneros, consagrado no Artigo 17º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, as mulheres timorenses também fazem parte dos órgãos de soberania de Timor-Leste. Neste capítulo, iremos analisar a participação das mulheres nesses órgãos: como Deputadas no Parlamento Nacional, como Ministras, Vice-ministras e Secretárias de Estado no Governo e como Juízas no sistema judiciário em vigor.

#### 3.1. As deputadas ao Parlamento Nacional

Michèle Crampe-Casnabet afirma: *“Admitir a igualdade dos sexos, a necessidade de uma educação comum, parece implicar que seja reconhecido às mulheres o direito à participação na vida política, o direito à cidadania.”*<sup>74</sup> Esta perspectiva tem sido implementada pelo governo timorense após a restauração da independência de Timor-Leste em 20 de Maio de 2002, como é evidente se examinarmos os representantes do povo no Parlamento Nacional: na Iª Legislatura (2001-2007) houve 24 deputadas entre 88 parlamentares, ou seja 27% de mulheres no Parlamento Nacional; na IIª Legislatura (2007-2012) houve 19 deputadas num total de 65 representantes do povo, subindo assim

---

<sup>74</sup> CRAMPE-CASNABET, Michèle, “A mulher no Pensamento Filosófico do Século XVIII”, in Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3 - *Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 397.

a participação de mulheres no Parlamento Nacional para 29%; actualmente, na IIIª Legislatura (2012-2017), há as seguintes deputadas:

**TABELA 1 – DEPUTADAS DA IIIª LEGISLATURA**

N <sup>a</sup>	NOME DAS DEPUTADAS	CARGO	PARTIDO
1	Maria Fernanda Lay	Secretária da Mesa	CNRT
2	Domingas A. da Silva (Bilou Mali)	Vice-Secretária da Mesa	
3	Ângela M. C. de A. Sarmento	Vice-Secretária da Mesa	CNRT
4	Virgínia Ana Belo		CNRT
5	Brígida Antonia Correia		CNRT
6	Maria Rosa da Câmara (BI SOI)		CNRT
7	Izilda M. da Luz Pereira Soares		CNRT
8	Maria de F. Imaculada C.C Belo		CNRT
9	Carmelita Caetano Moniz	Presidente Comissão A	CNRT
10	Albina Marçal Freitas		CNRT
11	Bendita Moniz Magno		CNRT
12	Josefa Álvares Pereira Soares		FRETILIN
13	Joaninha de Jesus		FRETILIN

14	Aurora Ximenes		FRETILIN
15	Florentinha da C. Pereira M. Smith		FRETILIN
16	Maria Angélica R. da C. dos Reis		FRETILIN
17	Ana da Conceição Ribeiro		FRETILIN
18	Angélica da Costa		FRETILIN
19	Anastácia da Costa S. Amaral		FRETILIN
20	Angelina M. de Jesus		PD
21	Jacinta Abu Cau Pereira	Presidente Comissão D	PD
22	Olinda Moraes		PD
23	Maria L. M. de Sousa Bessa	Presidente de Bancada	PD
24	Benvinda Catarina Rodrigues	Presidente de Bancada	FRENTI- MUDANÇA

Como afirmou Xanana Gusmão, no seu discurso na Conferência Internacional sobre Género no Parlamento, em 23 de outubro de 2014, *“Após as eleições de 2012, 24 dos nossos 65 membros do Parlamento Nacional são mulheres. Este é uma percentagem de 38,5%, que é a maior percentagem de representantes mulheres nos parlamentos na*

*Ásia e no Pacífico, e a 16ª mais elevada em 140 países analisados em 2013. A média mundial de mulheres parlamentares é de apenas 20%.”*<sup>75</sup>

É preciso notar, porém, que entretanto tinham sido aprovadas medidas para promover a participação de mulheres nas listas de candidatos às eleições para o Parlamento nacional. A Lei nº6/2006, de 28 de Dezembro (Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional) determinou a inclusão obrigatória de uma certa proporção de mulheres nas listas de candidatos e a sua substituição por candidato do mesmo género em caso de ocorrência de vaga. Com efeito, o seu Artigo 12º, alínea 3, estipula: “*As listas de candidatos efectivos e suplentes devem incluir, pelo menos, uma mulher por cada conjunto de quatro candidatos, sob pena de rejeição.*”<sup>76</sup> Cinco anos mais tarde, a Lei nº7/2011, de 22 de Julho, alterou essa proporção para 1 mulher em cada 3 candidatos.<sup>77</sup> A eleição de um número crescente de deputadas deve-se, pois, à introdução de um sistema de quotas que não é consensual, em Timor-Leste como no resto do mundo.

Os críticos de tal medida afirmam que se trata de uma minimização das mulheres, pois elas atingem posições de poder no espaço público não de acordo com as suas competências, mas por imposição legal. É uma situação paralela àquela que acontece no mundo empresarial, onde também se discute o sistema de quotas, com reacções adversas de algumas mulheres, como Ana Maria Caetano, que afirma: “*Sou contra a imposição*

---

<sup>75</sup> GUSMÃO, Xanana, Discurso por Ocasião da Conferência Internacional sobre Género no Parlamento, Díli, 23 de outubro de 2014, p. 3. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2014/10/G%C3%A9nero-no-Parlamento-23.10.141.pdf>. Data de consulta: 14 de abril de 2017.

<sup>76</sup> Lei nº 6/2006, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 28 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.parlamento.tl/docs/Legislacao%20Relevante/Law-2006-06%20-%20Lei%20Eleitoral%20PN.pdf>. Data de consulta: 24 de Janeiro de 2017.

<sup>77</sup> Lei nº 7/2011, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 22 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/800..> Data de consulta: 24 de Janeiro de 2017.



*das mulheres em cargos de topo pela argumentação da estatística e não pela meritocracia. É um atestado de menoridade passado as mulheres, com contornos quase humilhantes, pois através de uma quota a estrutura é obrigada a aceitá-las. Eu odiaria estar num cargo não pelo meu mérito e valor, mas por uma quota. Nunca aceitaria um papel desses.”*<sup>78</sup> Ou Susana de Carvalho, que acrescenta: “*Se a mulher é competente, faz e chega lá. Não precisa de quotas. As quotas são uma falsa questão, é preciso é seriedade e profissionalismo.*”<sup>79</sup>

No entanto, há outras mulheres que consideram que a imposição de quotas femininas é positiva. Por exemplo, Eliana Calmon, Ministra do Superior Tribunal de Justiça do Brasil afirma: “*É preciso termos consciência de que não somos diferentes, somos segmentos da sociedade e por isso mesmo somos diferentes só no momento em que queremos igualdade. Daí porque a política de cotas, que chamo de **discriminação benigna** ser uma discriminação favorável à mulher. A mulher se discrimina no momento em que faz uma política de cotas, mas esta discriminação é necessária, pela grande e secular desigualdade*”.<sup>80</sup>

Em Timor-Leste, essa questão também tem sido pensada e debatida. Segundo Susan Marx, “[...] *de acordo com um número crescente de mulheres timorenses na política, a quota só deve ser vista como uma «medida especial temporária», um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo. As mulheres com quem conversámos*

---

<sup>78</sup> Citada por AMORIM, Rosália, *O homem certo para gerir uma empresa é uma mulher*, 3ª ed., Lisboa, Prime Books, 2010, p. 111.

<sup>79</sup> Citada por *Ibidem*, p. 112.

<sup>80</sup> Citada por GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros, “Transformando a diferença: as mulheres na política”, *Estudos Feministas*, Vol. 9, nº 1, 2001, p. 175. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26366560\\_Transformando\\_a\\_diferenca\\_as\\_mulheres\\_na\\_politica](https://www.researchgate.net/publication/26366560_Transformando_a_diferenca_as_mulheres_na_politica). Data de consulta: 15 de janeiro de 2017.

*disseram que há uma oportunidade, com a nova geração de líderes femininas, para se acabar por dar uma transição para uma participação puramente baseada no mérito, mas somente se os partidos políticos estiverem dispostos a mudar os seus hábitos patriarcais e a permitir que as mulheres participem plenamente na liderança.”*<sup>81</sup>

Para além da questão do mérito ou da capacidade das mulheres eleitas devido ao sistema de quotas, ou da falta deles, este sistema também levanta o problema de saber se essas mulheres são escolhidas para desenvolverem uma agenda centrada nos problemas femininos. Como afirma David Hutt, *“Se a intenção de ter quotas de género é apenas ter mais mulheres na política para que elas possam agir especificamente em prol de políticas que afectem as mulheres, então não só é incrivelmente paternalista, porque minimiza o papel das mulheres nas questões nacionais, mas também tem o efeito de homogeneizar as mulheres num único bloco, com base exclusivamente no género (o que não constitui um bom começo se o objectivo é fomentar uma maior autonomia e individualidade).”*<sup>82</sup>

Segundo a ex-deputada timorense Maria Paixão Costa, ainda antes da imposição de quotas, como membros do Parlamento Nacional, as deputadas da Iª Legislatura demonstraram a sua capacidade como representantes do povo, lutaram pelas aspirações das pessoas que depositaram a sua confiança nelas. Mas além disso, no seio da instituição parlamentar, elas também formaram um grupo chamado GMPTL (Grupo das Mulheres Parlamentares de Timor Leste) especificamente com o objetivo de discutirem os problemas das mulheres timorenses e encontrarem soluções. Maria Paixão Costa afirmou

---

<sup>81</sup> MARX, Susan, “Can Timor-Leste’s Gender Quota System Ensure Women’s Participation in Politics?”, *In Asia: Weekly Insights and Analysis*, 7 de Março de 2012. Disponível em: <http://asiafoundation.org/2012/03/07/can-timor-lestes-gender-quota-system-ensure-womens-participation-in-politics/>. Data de consulta: 23 de Janeiro de 2017.

<sup>82</sup> HUTT, David, “The Trouble With Timor-Leste’s Gender Quotas”, *The Diplomat*, Dili, 17 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/12/the-trouble-with-timor-lestes-gender-quotas/>. Data de consulta: 23 de Janeiro de 2017.

que, de início, elas escolheram Judite Dias Ximenes como presidente do GMPTL porque esta pertencia à FRETILIN, o partido maioritário no Parlamento naquele momento.<sup>83</sup>

Segundo Anne Phillips, é "[...]  *muito difícil defender a ideia de que as mulheres parlamentares têm que acomodar os interesses das mulheres porque as mulheres no Parlamento Nacional são também representativas dos seus partidos, elas também são representantes de vários grupos da comunidade.*"<sup>84</sup> Porém, se pensarmos mais profundamente no que foi afirmado por Maria Paixão Costa, podemos dizer que as mulheres no Parlamento Nacional timorense tiveram uma visão clara e assumiram uma missão. Elas não quiseram só ouvir os homens, mas também fundaram um grupo para resolver os problemas específicos das mulheres. Maria Paixão Costa explica que, em poucos anos, como membros do GMPTL, as deputadas esforçaram-se por legislar no sentido de aumentar a participação das mulheres na política, na economia e na cultura timorenses. Além disso, também fizeram uma campanha para reduzir a mortalidade infantil e a das mulheres grávidas, aconselhando as mulheres a terem crianças apenas de dois em dois anos. Até 2012, conseguiram reduzir a mortalidade materna e infantil, bem como reduzir o número de nascimentos. Em consequência do sucesso dessa campanha, Maria Paixão Costa recebeu um prémio da Organização das Nações Unidas. <sup>85</sup>

A mesma ex-deputada também explicou que, no período da IIª Legislatura, ela foi a primeira mulher se tornar-se Vice-Presidente do Parlamento Nacional. E o maior desafio para ela naquele período foram os acontecimentos de 11 de Fevereiro de 2008. Nessa

---

<sup>83</sup> COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de fevereiro de 2017.

<sup>84</sup> PHILLIPS, Anne, *Engendering Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1991, p. 74, citado por BR SIREGAR, Wahidah Zein, "Representasi Perempuan di DPR, DPD, MPR, dan DPRD 2009-2014: Komposisi, Peran, dan Tantangan Perempuan Parlemen (Representação das Mulheres na Câmara dos Representantes e na Assembleia Consultiva Popular 2009-2014)", *Jurnal Perempuan*, 79, 2013, p. 26.

<sup>85</sup> COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de Fevereiro de 2017.

altura, o Presidente da República José Ramos Horta sofreu um atentado, perpetrado por um grupo de rebeldes liderados pelo major Alfredo Reinaldo. Naquela ocasião, o Presidente da República telefonou a Maria Paixão Costa e Vicente Guterres para se encontrarem com ele. Durante a reunião, Ramos Horta quis nomear Maria Paixão Costa Presidente da República interina, mas ela rejeitou o cargo porque não se sentiu capaz de o assumir. Então, os três decidiram que Vicente Guterres seria Presidente da República interino e Maria Paixão Costa Presidente do Parlamento Nacional interina porque Fernando Lasama de Araújo, Presidente do Parlamento Nacional, estava no exterior. Como Presidente interina do Parlamento Nacional, Maria Paixão Costa assumiu uma grande responsabilidade. Reuniu os membros do Parlamento Nacional e, no prazo de dois dias e duas noites, os deputados conseguiram elaborar legislação sobre Estado de Sítio e Estado de Emergência.<sup>86</sup>

Contudo, quando foi realizada a conferência de imprensa para anunciar essa legislação, Maria Paixão Costa não esteve presente. Nessa ocasião, quem anunciou a legislação de Estado de Sítio foram Kay Rala Xanana Gusmão como Primeiro-Ministro e Vicente Guterres como Presidente da República interino. Na altura, Maria Paixão Costa concordou mas depois de passar esse momento importante, todos (Xanana Gusmão, Vicente Guterres e Maria Paixão Costa) perceberam que ela foi discriminada. Portanto, Maria Paixão afirma que tal mentalidade deve ser mudada, tanto nos homens como nas mulheres. Ela explica que, no momento, sem se dar conta, eles tinham considerado que

---

<sup>86</sup> COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de Fevereiro de 2017. COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de Fevereiro de 2017.

por ser mulher ela era fraca e ela mesma não se sentiu confiante para participar na conferência de imprensa.<sup>87</sup>

A experiência de Maria Paixão Costa no Parlamento Nacional de Timor-Leste durante os dois períodos referidos mostra que as mulheres têm um papel importante no Parlamento Nacional, podendo tomar decisões que determinam a segurança e a estabilidade do país. Foi Maria Paixão Costa que presidiu ao Parlamento Nacional que produziu a legislação sobre o Estado de Sítio em 2008, quando Timor-Leste estava em plena crise política e de autoridade do Estado. No entanto, não foi ela mas foram os seus colegas masculinos quem anunciou publicamente essa legislação. Isto mostra que a cultura patriarcal leva os homens a subestimarem as mulheres e estas a subestimarem-se a si mesmas. Por isso, ela sugeriu que fossem feitos esforços para sensibilizar os homens para o facto de as mulheres serem capazes de fazer o que está a ser feito pelos homens. Homens e mulheres devem ser igualmente cientes desse facto e promover ações para garantir a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Nia Sjarifudin afirma que na sociedade indonésia, submetida ao patriarcado, as raparigas desde que nascem têm um tratamento diferente do dos rapazes. Por exemplo, as meninas têm maior probabilidade de serem direccionadas para ser apenas boas esposas e boas mães, cuidando da casa e da educação dos filhos. Enquanto jovens mulheres, são impedidas de falar livre e abertamente, tal como de se associarem e tomarem o espaço público. Assim, é difícil fazer as mulheres iguais aos homens na vida política porque lhes

---

<sup>87</sup> *Ibidem.*

falta a capacidade de falar de maneira "*simples, livre, assertiva e argumentativa, que é uma das coisas importantes que devem ser propriedade de um político.*"<sup>88</sup>

A cultura patriarcal indonésia a que se refere Nia Sjarifudin é semelhante à cultura patriarcal vigente em Timor-Leste. Os pais timorenses também tratam as meninas como como é referido acima. Isso afeta muito a mentalidade das meninas, especialmente as que vêm de áreas rurais remotas. E influencia os tomadores de decisões, como foi dito por Maria Paixão Cunha. Mas outra dimensão da realidade mostra que as mulheres em Timor-Leste têm uma alta motivação para lutar pela igualdade de direitos e obrigações em todas as áreas. No campo político, e especialmente no Parlamento Nacional, isto tem-se refletido num nítido progresso na percentagem de participação feminina de legislatura para legislatura.

Em geral, as mulheres que se tornam membros do Parlamento Nacional são mulheres experientes, que estiveram diretamente envolvidas na luta pela independência. São muito influentes e mostram-se capazes de transmitir o seu testemunho às suas sucessoras mais jovens.

Por exemplo, Domingas alves (Bilou Mali) é uma veterana, membro do Parlamento Nacional que como 2ª Vice-Presidente do CNRT, tem uma grande influência nesse partido. Em 2015, o primeiro-ministro Xanana Gusmão, que liderava os partidos da coligação Aliança Maioria Parlamentar (AMP) - CNRT, PD e Frente Mudança -, renunciou ao seu mandato por razões políticas. Nessa altura, Xanana Gusmão desejava que fosse Rui Maria de Araújo a substituí-lo. Outros membros da Aliança não o

---

<sup>88</sup> SJARIFUDIN, Nia, "Peningkatan Keterwakilan Perempuan: Keniscayaan untuk Sebuah Perubahan (Melhoria da representação das mulheres: A necessidade de mudança)", *Jurnal Perempuan*, 63, 2009, pp. 36-37.

aceitavam, porém, porque Rui Araújo era membro da FRETILIN e fazia oposição ao governo. Eles queriam que o escolhido fosse Fernando Lasama de Araújo. Foi então feita uma reunião tripartida (CNRT, PD e FM) para decidir quem devia ser Primeiro-Ministro. No início da reunião, Bilou Mali alegou que: “[...] *todos têm que seguir o que é decidido por Xanana Gusmão. Quem se atrever a opor-se a ele deve ser responsabilizado em caso de problemas indesejados.*” Depois de se ouvir o que foi dito por Bilou Mali, a reunião foi interrompida e no dia seguinte Dionizio Babo, como secretário-geral do CNRT, anunciou que o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão seria substituído por Rui Maria de Araújo.”<sup>89</sup>

Podemos ver que Bilou Mali é uma mulher muito influente em Timor-Leste. Ela foi companheira de Xanana Gusmão quando participava na guerrilha no mato. Por isso, quando este fundou o CNRT, pediu-lhe para integrar o partido, apesar de ela ainda ser membro do Comitê Central da FRETILIN naquele momento. Bilou Mali é uma mulher que tem a confiança do povo timorense e a de líderes partidários como Fernando Lasama, Dionizio Babo e outros. O seu exemplo mostra que as mulheres são capazes de influenciar a tomada de decisões até sobre segurança e estabilidade nacional. Portanto, as gerações futuras querem imitar o que foi feito por Bilou Mali e Maria Paixão Costa. Elas servem de modelo às mulheres mais jovens das novas gerações.

### **3.2. As mulheres no Governo**

Na sequência da participação das mulheres na luta pela independência de Timor-Leste e face à presença da Administração Transitória das Nações Unidas, o 1º Governo

---

<sup>89</sup> ALVES, Domingas (Bilou Mali), Entrevista, Díli, 13 de novembro de 2016.

de Timor-Leste quis implementar os princípios sobre igualdade de direitos e responsabilidades entre homens e mulheres inscritos na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no Artigo 17. Assim, no Iº Governo Constitucional, houve mulheres que ocuparam posições importantes: Ana Pessoa foi ministra da Justiça, Maria Madalena Brites Boavida ministra das Finanças, Aicha Bassarewan vice-ministra do Plano e Finanças e Ilda da Conceição vice-ministra Administração Interna.<sup>90</sup>

Aqui eles não olharam para o género mas sim para a capacidade de cada pessoa. Naquele tempo, Ana Pessoa foi nomeada ministra da Justiça no pressuposto de que ninguém mais poderia ocupar essa posição. Da mesma forma, Madalena Boavida foi ocupar o cargo de ministra das Finanças porque detinha tal capacidade, já que tinha tirado o curso de Finanças. Naquele tempo ninguém mais poderia competir com as mulheres mencionadas acima, porque Timor-Leste enfrentava uma escassez de recursos humanos. Além disso, estas mulheres tinham estado diretamente envolvidas na luta pela independência.

Já no IIº Governo Constitucional, Ana Pessoa foi ministra da Administração Estatal, Madalena Boavida ministra do Plano e das Finanças, Rosária Corte-Real ministra da Educação e da Cultura, Odete Vítor ministra das Obras Públicas, Adalgiza Magno vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e da Coperação, Aicha Bassarewan vice-Ministra do Plano e das Finanças, Isabel da Costa Ferreira vice-ministra da Justiça e Ilda da Conceição vice-ministra do Ensino Primário e Secundário.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Iº Governo Constitucional de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-lesste.gov.tl/?p=129>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

<sup>91</sup> IIº Governo Constitucional de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-lesste.gov.tl/?p=130>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.



No IIº Governo Constitucional, podemos ver que se deu um aumento do número de mulheres que ocuparam cargos importantes no governo. Nessa altura, as mulheres já tinham demonstrado a sua capacidade de envolver-se em política e a sua competência profissional. A participação das mulheres no Iº e IIº Governos Constitucionais foi uma inspiração para outras mulheres, de tal forma que a cada novo Governo Constitucional, o número de mulheres cresce. Isto não acontece só para responder ao Artigo 17º da Constituição, mas com base nas suas capacidades e competências. No desempenho das suas funções e responsabilidades, elas são sempre consideradas a melhor escolha.

É interessante constatar que, até ao VIº Governo Constitucional, só mulheres foram ministras das Finanças. Madalena Boavida foi ministra das Finanças do Iº até ao IIIº Governo Constitucional, seguida por Emília Pires no IVº e Vº Governos e Santina Cardoso no VIº Governo. Isto pode revelar que, do ponto de vista do povo timorense, quem sabe organizar e poupar dinheiro são as mulheres. As mulheres são mais cuidadosas e cautelosas a usar os fundos públicos. Isto foi confirmado por Olandina da Costa Guterres, da Organização Popular Mulher de Timor (OPMT): *“Normalmente, em Timor-Leste, as mulheres têm a confiança das instituições, quer do governo quer privadas, e assumem papéis importante como secretárias e tesoureiras. As mulheres são de levar em conta em termos de finanças. Até na família as mulheres é que são as gestoras. Os homens são chefes de família e têm a responsabilidade de prover às necessidades da família mas as mulheres é que gerem o dinheiro porque sabem fazer poupanças.”*<sup>92</sup>

A mesma coisa foi dita pela presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste. Maria Paixão Costa afirmou que *"No reinado da AMP (Aliança Maioria Parlamentar), as posições difíceis foram confiadas a mulheres como Lúcia Lobato,*

---

<sup>92</sup> GUTERRES, Olandina da Costa, Entrevista, Díli, 12 de dezembro de 2016.

*ministra da Justiça, Domingas Alves, ministra da Solidaridade Social e Emília Pires, ministra das Finanças. O impacto da crise de 2006 gerou muitos refugiados como em Metinaro, Igreja Becora, Jardim Motael, etc. Mas quando Domingas Alves foi ministra da Solidaridade, conseguiu resolver os problemas dos refugiados e todos regressaram aos seus respetivos lugares.”*<sup>93</sup>

Maria Paixão Costa queria mostrar que, em circunstâncias difíceis, as mulheres podem desempenhar bem funções de Estado e grandes responsabilidades, embora tenham de enfrentar muitos desafios e obstáculos. E na celebração da Festa das Mulheres de Timor-Leste, em 3 de Novembro de 2009, no aeroporto do Presidente Nicolau Lobato, o Presidente José Ramos-Horta disse que a política nacional deve sempre proporcionar oportunidades para que as mulheres participem de forma ideal no processo de desenvolvimento. Ele afirmou que a participação das mulheres no desenvolvimento, e especialmente das mulheres que serviram como membros dos órgãos do poder legislativo e do executivo, em Timor-Leste, tem sido maior do que noutros países da região.<sup>94</sup>

Além disso, desde o IVº Governo Constitucional foi criada uma Secretaria de Estado para tratar os assuntos das mulheres, a Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (SEPI), que o VIº Governo Constitucional transformou em Secretaria de Estado Para o Apoio e Promoção Sócio-Económica da Mulher (SEM). Tal órgão foi criado para implementar e/ou apoiar atividades que permitam às mulheres estar envolvidas em todos os aspectos do desenvolvimento, seja ele político, económico ou sócio-cultural.

---

<sup>93</sup> COSTA, Maria Paixão, Discurso no dia da Mulher, 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://loronfetotimor.blogspot.pt/>. Data de consulta: 8 de dezembro de 2016.

<sup>94</sup> HORTA, José Ramos, Discurso no dia da Mulher, 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://loronfetotimor.blogspot.pt/>. Data de consulta: 8 de dezembro de 2016.

Na transferência de poder da SEPI para a SEM, a Secretária de Estado cessante, Idelta Maria Rodrigues, referiu os êxitos alcançados pela SEPI ao longo de 7 anos, nos IVº e Vº Governos Constitucionais. Idelta Rodrigues relatou que, sob sua liderança, muitas atividades foram realizadas, como a redacção do relatório de apresentação à CEDAW (Convention on the Elimination of Discrimination Against Women, UNO); a participação de representantes de Timor-Leste na Conferência das Ministras da Igualdade da CPLP, na Comissão sobre o Estatuto da Mulher (Commission on the Status of Women, UNO), na ESCAP (Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, UNO) e no NAM (Non-Aligned Movement); a implementação da cooperação, neste âmbito, entre Timor-Leste, Portugal e a Indonésia. Tudo isso tornou mais visível a presença de Timor-Leste, aos níveis regional e internacional, no domínio da promoção da igualdade. Ao mesmo tempo, a nova Secretária de Estado Veneranda Lemos explicou que, se o nome foi alterado de SEPI para SEM, os programas e os planos elaborados pela SEPI continuaram a correr sob o nome da SEM. O que esta fez foi adicionar outros programas para apoiar e capacitar as mulheres nos campos social e económico.<sup>95</sup>

Enquanto isso, Emília Pires como ministra das Finanças é responsável pelo desenvolvimento e execução das políticas definidas pelo Conselho de Ministros em matéria de orçamento e finanças, planeamento anual e monitorização. Tem sob a sua tutela a Direcção Nacional do Tesouro, o Serviço de Impostos de Timor-Leste, a Unidade de Política Tributária e Macro-Economia, a Direcção do Plano e Coordenação de Assistência Externa, a Direcção Nacional de Alfandegas, a Direcção Nacional do

---

<sup>95</sup> RODRIGUES, Idelta Maria, “Atividade da SEM nos 100 Dias”, *Lian ba Igualdade* (A Voz da Igualdade), Edição V, Janeiro-Março 2015.

Património e Fornecimento, Direcção de Aprovisionamento e a Direcção Nacional de Estatística.<sup>96</sup>

Cabe à ministra da Saúde, Maria do Céu Sarmento Pina da Costa propor a política e elaborar os projetos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela; garantir o acesso aos cuidados de saúde de todos os cidadãos; coordenar as atividades relativas ao controlo epidemiológico; efetuar o controlo sanitário dos produtos com influência na saúde humana; promover a formação dos profissionais de saúde; contribuir para o sucesso na assistência humanitária, promoção da paz, segurança de desenvolvimento socio-económico, através de mecanismos de coordenação e de colaboração com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.<sup>97</sup>

### **3.3. As mulheres no poder judicial**

O Presidente Ramos Horta, no seu discurso na celebração do dia das mulheres de Timor-Leste, em 3 de novembro de 2009, disse que na sua visita oficial à Coreia tinha informado que o número de mulheres timorenses que participavam na política, a nível do poder legislativo, executivo e judicial tinha atingido 30%. Segundo ele, “*Temos de encontrar um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres no Governo, Parlamento Nacional e Judiciário. Mas devemos sempre esforçar-nos para fornecer oportunidades às raparigas para continuarem os seus estudos como os rapazes.*”<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> PIRES, Emília, IVº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?=7526>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

<sup>97</sup> COSTA, Maria do Céu Sarmento Pina, VIº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timorleste.gov.tl/?=13>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

<sup>98</sup> HORTA, José Ramos, *Timor Post*, Díli, 3 de novembro de 2009.

Se compararmos a situação revelada pelo discurso do Presidente Ramos Horta com a atualidade, podemos dizer que as mulheres têm participado de forma crescente nos órgãos de soberania de Timor-Leste, mas isso não se reflete forçosamente no poder judicial, como veremos. Por exemplo, no primeiro Governo Constitucional, Ana Pessoa tornou-se Ministra da Justiça, passando depois a Ministra de Estado na Presidência do Conselho de Ministros (6 de março de 2003) e a Ministra da Administração Estatal (26 de julho de 2005).<sup>99</sup> Naquele tempo havia também mulheres com estudos feitos na Indonésia a trabalhar em Timor-Leste como juízas, nomeadamente Maria Natércia Gusmão Pereira, Zélia Trindade e Angelina Saldanha. Estas três mulheres são as que mais se têm destacado ao nível judicial em Timor-Leste desde o momento da independência até à presente data. Isto pode avaliar-se na candidatura de Natércia Gusmão a Juiz do Tribunal Penal Internacional, promovida pelo Governo timorense em 2014.<sup>100</sup> Embora não tenha sido eleita, ela foi considerada capaz de ocupar esta posição.

Assim, Natércia Gusmão permaneceu como Juíza Conselheira e Vice-Presidente do Tribunal de Recurso. Quanto a Zélia Trindade, desempenha o papel de Procuradora-Geral Adjunta de Timor-Leste desde 2012 e Angelina Saldanha o de Procuradora Distrital de Díli em igual período. A experiência destas três mulheres mostra que as mulheres também têm tido um papel importante na aplicação da lei em Timor-Leste.

Mas, segundo António Tavares da Silva, *“desde 2000 até a presente data as mulheres timorenses que assumiram os cargos de juízas e procuradoras foram apenas 18. É muito pouco quando comparamos com os homens. Há atualmente 11 mulheres*

---

<sup>99</sup> I Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=129>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2016.

<sup>100</sup> “Juíza Maria Natércia Gusmão Pereira em campanha para a eleição para o Tribunal Penal Internacional, em Nova Iorque”. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=10678>. Data de consulta: 24 de janeiro de 2017.

*juízas e 6 mulheres procuradoras, já que a juíza Rosalina Mauno desempenha o cargo de secretária do Ministério Público. As juízas são as seguintes: Maria Natércia Gusmão, juíza do Tribunal de Recurso; Jacinta da Costa Correia, Edite Palmira, Florência Freitas, Francisca dos Santos Monteiro, Zulmira dos Santos, Jumiati da Conceição, Maria Solana, Maria Modesta, Sribuana da Costa, todas elas trabalhando no Tribunal de Díli, e ainda Ana Paula Fonseca que está neste momento destacada no Tribunal de Suai, município Covalima. Há 6 mulheres procuradoras, são elas Angelina Joanina Saldanha, Remízia da Silva de Fátima, Ivonia Maria Guterres, Benvinda do Rosário e Lídia Soares, todas destacadas no Tribunal Distrital de Díli, e Zélia Trindade, actualmente Adjunta do Procurador Geral da República.”<sup>101</sup>*

Mais diante ele acrescenta ainda que *“Do Iº até ao VIº governo constitucional houve apenas duas mulheres que assumiram os cargos de Procuradora Geral e Adjunta da Procuradoria Geral da República. Ana Pessoa Pinto foi Procuradora Geral da República no IVº governo, de 2008 até 2012, e Zélia Trindade tem sido Adjunta da Procuradoria Geral da República desde 2009 até hoje.”<sup>102</sup>*

De acordo com os dados acima referidos, podemos dizer que a participação das mulheres timorenses no poder judicial é mínima, porque há 5 tribunais distritais em todo o território, mas apenas 12 juízas e 6 procuradoras foi um grande desequilíbrio.

A opinião de António Tavares da Silva é reforçada pela de Ivonia Maria Guterres. Segundo esta, *“As juízas timorenses são muito pouco numerosas se as compararmos com os homens. De 2000 a 2011 houve apenas 5 mulheres timorenses que assumiram o cargo*

---

<sup>101</sup> SILVA, António Tavares da, Entrevista, Díli, 11 de Maio de 2017.

<sup>102</sup> *Ibidem.*

*de juízas: duas no Tribunal de Baucau, uma no Tribunal Distrital de Díli, uma no Tribunal Distrital de Suai e uma no Tribunal de Recurso. Também houve apenas 5 mulheres procuradoras e 3 defensoras públicas.”*<sup>103</sup> E acrescenta mais “*Muitas juristas mulheres, depois da tomada de posse, não querem ser juízas mas preferem trabalhar em ONGs como a Fundação Alola, a Rede Feto, a FOKUPERS (Programa de Monitorização do Sistema Judicial, PMSJ). Elas não têm vontade de ser juízas. Isto depende da vontade e consciência de cada pessoa. Eu sou procuradora porque gosto e tenho vontade de fazer este trabalho.*”<sup>104</sup>

Para esta preferência pelas ONGs, podemos encontrar explicação nas dificuldades que as juízas têm de enfrentar no exercício da sua profissão, a que se refere, por exemplo, Angelina Saldanha: “*Durante o período em que fui Juíza e Procuradora Distrital de Díli enfrentei muitos desafios e provações, mas sempre me esforcei para resolver os problemas. Sinto-me feliz com a tarefa que estou a desempenhar porque, através dela, posso dedicar-me ao povo e à nação de Timor-Leste.*”<sup>105</sup>

Em conformidade com o que foi afirmado acima, podemos dizer que as mulheres juristas têm tido um papel muito importante no destino do povo e do Estado de Timor-Leste. Mas, ao mesmo tempo que se esforçam por fazer cumprir a lei e trazer justiça ao povo timorense, estas mulheres estão sujeitas a grandes pressões da parte dos políticos. Algumas das provações e desafios a que se referiu Angelina Saldanha podem ser apercibidos numa carta aberta, escrita em 26 de janeiro de 2017 por Xanana Gusmão em

---

<sup>103</sup> GUTERRES, Ivonia Maria, citada por CARVALHO, Rosita, “Timor-Leste sei menos juíza feto (Timor-Leste tem ainda menos juízas mulheres)”, *The Dili Weekly*, 24 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.thediliweekly.com/tl/noticias/seguransadezeza/109-timor-leste-sei-menus-juiza-feto>. Data de consulta 11 de Maio de 2017.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

<sup>105</sup> SALDANHA, Angelina, Entrevista, Díli, 5 de janeiro de 2017.

defesa de Emília Pires, ex-ministra das Finanças condenada a sete anos de prisão por participação económica em negócio em prejuízo do Estado timorense. Nela, o referido político tece duras críticas ao sistema judiciário. Segundo Xanana Gusmão, o sistema encontra-se preenchido por timorenses licenciados em Direito na Indonésia, alguns dos quais “*não defendiam a independência do país*” enquanto ele e Emília Pires se batiam por ela, e ainda para mais “*Não percebem o português e julgam sob leis escritas em português e assinam acórdãos que eles próprios não entendem.*”<sup>106</sup> Contudo, Xanana Gusmão, como Primeiro-Ministro na época dos factos em acusação, tinha a obrigação de procurar a verdade e não se envolver com nenhuma das partes.

A carta aberta de Xanana Gusmão obteve resposta de Isabel da Costa Ferreira, ex-Vice-Ministra da Justiça no IIº Governo Constitucional,<sup>107</sup> que afirmou que “*Xanana Gusmão não deveria fazer declarações arbitrariamente como no tempo da guerrilha no mato*”.<sup>108</sup> Isabel Ferreira respondeu-lhe porque ele lançou acusações sobre os juízes que completaram um grau de Doutor em Leis na Indonésia, o que inclui as anteriormente referidas Natércia Gusmão, Zélia Trindade, Angelina Saldanha e a própria Isabel Ferreira. Ela quis mostrar que, desde a independência de Timor-Leste, muitos juristas timorenses formados na Indonésia, tanto homens como mulheres, contribuíram de forma isenta para o sistema de aplicação da lei em Timor-Leste.

---

<sup>106</sup> GUSMÃO, Xanana, *Carta ao Presidente do Tribunal de Recurso*, Díli, 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://observador.pt/2017/01/26/xanana-gusmao-defende-ex-ministra-timorense-condenada-e-critica-justica/>. Data de consulta: 26 de janeiro de 2017.

<sup>107</sup> IIº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=130>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

<sup>108</sup> FERREIRA, Isabel da Costa, citada por ANÍBAL, “Primeira dama husu Xanana labele halo tuir nia hakarak hanesan hia tempu Rézistencia (A primeira dama pede a Xanana para não impor a sua vontade como no tempo da Resistência)” *Timor Agora*, 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://timoragora.blogspot.pt/2017/01/primeira-dama-husu-xanana-labele-halo.html>. Data de consulta: 5 de fevereiro de 2017.



Outro tipo de críticas foi lançado sobre o sistema judicial timorense por Lúcia Lobato, ex-Ministra da Justiça no IVº Governo Constitucional<sup>109</sup>, condenada a cinco anos de prisão em 2013, também por participação económica em negócio prejudicando o Estado. Ela acusa o referido sistema de estar enfeudado aos partidos políticos e *“promete limpar a máfia que acredita existir na justiça timorense. [...] No entanto, há quem considere que a ex-ministra está a fazer campanha contra o partido da Fretilin, numa altura em que as eleições legislativas se aproximam.”*<sup>110</sup>

Sujeitos a pressões e acusações por parte dos políticos e ao escrutínio dos órgãos de comunicação social, a tarefa dos juízes, e em particular das juízas timorenses não é fácil. Até porque a violência é ainda um grave problema e há muitos criminosos que vagueiam em Timor-Leste. Mas, quando devidamente formadas, as mulheres timorenses têm capacidade e experiência para envolver-se em qualquer área, como as mulheres de outros países. E elas também já demonstraram ser capazes de servir o povo e o Estado na aplicação das leis.

---

<sup>109</sup> IVº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=7526>. Data de consulta: 22 de novembro de 2016.

<sup>110</sup> KIAKILIR, Dalia, “Ex-ministra Lúcia Lobato quer limpar a máfia que diz existir na justiça de Timor-Leste”, *Global Voices*, 10 de outubro de 2016. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2016/10/10/ex-ministra-lucia-lobato-quer-limpar-a-mafia-que-diz-existir-na-justica-de-timor-leste/>. Data de consulta: 15 de janeiro de 2017.

## **CAPÍTULO IV**

### **AS MULHERES TIMORENSES NO PODER LOCAL**

Para o futuro de um Estado, o poder de decisão é muito importante. Assim, debruçamo-nos neste capítulo sobre o papel das mulheres na tomada de decisão, em particular a nível local. Tradicionalmente, em Timor-Leste, a voz das mulheres não era escutada quando era necessário tomar decisões. Porém, sabe-se hoje que para se tomar uma decisão justa, todos devem ser consultados, de modo a que a decisão tomada seja colectiva e leve em consideração as necessidades e interesses tanto de homens como de mulheres. Assim, a partir da independência, a participação das mulheres no poder local começou a ser incentivada a nível das aldeias e dos sucos, e surgiram organizações destinadas a capacitar as mulheres para essa participação.

#### **4.1. A capacitação das mulheres para a tomada de decisões**

A tomada de decisões é parte importante da vida familiar, assim como da vida dos grupos, partidos políticos, ONGs, instituições e governo. Se uma decisão não representa algumas pessoas ou grupos, eles vão sentir que os seus direitos foram desrespeitados. Por conseguinte, ao tomar-se uma decisão é preciso envolver todas as pessoas. Assim, todos ficam satisfeitos com a decisão e é fácil implementá-la de acordo com as necessidades de todos.

Segundo Maria Terezinha Angeloni, *“Decisões tomadas por equipas heterogêneas, compostas por mulheres, homens, jovens, idosos, tendem a resultados de*

*maior qualidade. Pessoas com pontos de vista e experiências diferentes decodificam a situação de decisão também de maneira diferente. Ouvir e tentar compreender essas visões leva ao aprimoramento das decisões. As decisões tomadas em equipes tendem a ser mais sólidas que as tomadas individualmente, apesar de, normalmente, demandarem mais tempo.*”<sup>111</sup>

Angeloni também afirma: “A tomada de decisão nas organizações vai exigir cada vez mais trabalhos em equipe e maior participação das pessoas. O trabalho em equipe coloca em evidência os procedimentos de diálogo baseados na idéia de que, em uma organização, a comunicação deve ser estimulada visando ao estabelecimento de um pensamento comum.”<sup>112</sup>

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) fomenta uma cultura de escuta recíproca e de respeito mútuo entre homens e mulheres, pois estipula no seu Artigo 17: “Igualdade entre mulheres e homens: a mulher e o homem têm os mesmos direitos e obrigações em todos os domínios da vida familiar, cultural, social, económica e política.”<sup>113</sup> Como disse o antigo Primeiro-ministro Xanana Gusmão no seu discurso de 23 de outubro de 2014, numa conferência sobre Género no Parlamento Nacional, isso “Inclui ter as mulheres em posições de liderança, por exemplo na direção de comissões parlamentares, e garantir que as mulheres estão envolvidas nos processos decisórios.”<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> ANGELONI, Maria Terezinha, “Elementos Intervenientes na Tomada de Decisão”, *Ciência da Informação*, v. 32, nº 1, jan./abr. 2003, p. 20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15969>. Data de consulta: 24 de Setembro de 2016.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

<sup>113</sup> Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Artigo 17, Igualdade entre Mulheres e Homens, 2002, p. 12. Disponível em: [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao\\_RDTL\\_PT.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf). Data de consulta: 24 de Setembro de 2016.

<sup>114</sup> GUSMÃO, Xanana, Discurso por Ocasão da Conferência Internacional sobre Género no Parlamento, Díli, 23 de outubro de 2014, p. 4. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp->

O discurso do primeiro-ministro acompanhou a consciencialização das mulheres de Timor-Leste, que têm vindo a participar cada vez mais na tomada de decisões sobre o futuro do país.

Quando falamos de participação, estamos a falar de empoderamento ou capacitação. Todos os cidadãos têm direito a envolver-se em qualquer atividade, incluindo a decisão. No entanto, tomar uma decisão também requer capacidades e competências, pois há o risco de errar, podendo prejudicar o nosso próprio futuro e o dos outros. Como afirmado por Bintoro Tjokroamidjojo: “*Tomar uma decisão é um problema sério, porque é possível tomar uma decisão errada no interesse do povo.*”<sup>115</sup> Isto significa que há decisões a ser tomadas por todos, mas também existem decisões que devem ser apenas tomadas por pessoas que têm conhecimentos e experiência no domínio em causa.

Há em Timor-Leste um grande número de associações de mulheres e organizações não governamentais (ONGs) que têm como objetivo a capacitação das mulheres, de forma a serem capazes de defender os seus direitos e poderem participar de forma cada vez mais qualificada na vida política, económica, social e cultural do país. Duas, em especial, dedicam-se a fornecer-lhes instrumentos para ousarem candidatar-se a cargos no poder local e saberem levar avante os seus programas se forem eleitas.

---

<content/uploads/2014/10/G%C3%A9nero-no-Parlamento-23.10.141.pdf>. Data de consulta: 14 de abril de 2017.

<sup>115</sup> TJOKROAMIDJOJO, Bintoro, *Pengantar Administrasi Pembangunan (Introdução à Administração do Desenvolvimento)*, Jakarta, LP3ES, 1974, p. 117.

## CAUCUS – Women in Politics (Mulheres na Política)

A CAUCUS – Mulheres na Política foi fundada em 2001 com o objectivo de desenvolver as capacidades e competências das mulheres timorenses em política. Segundo a sua diretora, Paula de Jesus Corte-Real, desde há 16 anos que a Fundação CAUCUS executa muitas atividades para incentivar as mulheres a envolverem-se na política. Recentemente, a Caucus trabalhou com mulheres dos 13 municípios, fornecendo formação sobre liderança política. *“Nós trabalhamos com todos os partidos políticos que existem em Timor-Leste para dar capacitação às mulheres das organizações de mulheres de cada partido. Posso dizer que, a cada período de eleições, o número de mulheres candidatas aumenta sempre, quer para chefes de sucos quer para chefes de aldeias. Porque muitas delas já compreendem e conhecem as suas capacidades.”*<sup>116</sup>

Em 2014, a Fundação CAUCUS tinha nove funcionários: sete mulheres e dois homens. Nesse ano, recebeu um apoio financeiro de 30.000,00 dólares da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade para implementar um programa de capacitação das mulheres sobre tomada de decisões e política de descentralização. Os objectivos da formação foram:

1. Aumentar a participação das mulheres nas eleições a nível municipal, preparando os eleitores e as candidatas para concorrer a posições na Assembleia Municipal;
2. Cooperar com os partidos políticos na procura de mulheres que sejam potenciais candidatas, fornecendo-lhes formação;

---

<sup>116</sup> CORTE-REAL, Paula de Jesus, Entrevista, Díli, 17 de novembro de 2016.

3. Produzir CDs e distribuí-los às potenciais candidatas para aumentar e melhorar os seus conhecimentos, especialmente na área política e de liderança;
4. Assegurar a continuidade da capacitação das mulheres no futuro.<sup>117</sup>

Como veremos mais adiante, o sistema de quotas em vigor em Timor-Leste forçou a entrada de mulheres nos conselhos dos sucos e facilitou a existência de candidaturas femininas a chefes de sucos e chefes de aldeias. Mas, se não tivessem sido feitos programas de capacitação das mulheres como este promovido pela CAUCUS, elas provavelmente não teriam tido coragem para se candidatarem nem se sentiriam tão à vontade para exprimirem as suas opiniões no seio dos referidos Conselhos.

### **Fundação Pátria**

A Fundação Pátria foi criada no dia 8 de fevereiro de 2012 com o objectivo de preparar as mulheres timorenses para serem dirigentes ou líderes. A visão da Fundação Pátria é libertar as mulheres da discriminação e levá-las a participar activamente no processo de desenvolvimento. A sua missão é defender os direitos das mulheres para atingir a igualdade de género através de três aspectos prioritários: promoção, capacitação e monitorização.

A Fundação Pátria participa no grupo de trabalho (*Steering Committee*) do Programa “Hau Prontu 100% (Estou Pronta a 100%), criado para analisar e monitorizar as leis sobre o poder local. O grupo de trabalho tem-se dividido em três subgrupos: grupo para análise das leis, grupo de pressão (lóbi) sobre os legisladores e grupo de mobilização

---

<sup>117</sup> *Ibidem.*

de massas para elevar a consciência da sociedade timorense sobre a necessidade da participação ativa das mulheres na vida política. Os dois primeiros subgrupos foram liderados pela Fundação Pátria para identificar as lacunas do novo projecto de lei das eleições nos sucos e apresentá-las ao Parlamento Nacional, tendo-se reunido com os deputados na Comissão A desde 2014 até 2016.<sup>118</sup>

Ainda em 2014, a Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade deu um apoio 20.000,00 dólares à Fundação Pátria para implementar atividades de formação para mulheres nos municípios de Aileu, Liquiça e Ermera. O programa foi executado ao longo de seis meses, entre julho e dezembro 2014, e teve como objetivo preparar a participação das mulheres das áreas rurais no processo de descentralização, para assegurar o desenvolvimento local numa ótica de igualdade de género. As actividades deste programa foram:

1 - Preparar os módulos de formação;

2 - Dar formação às mulheres selecionadas;

3 - Fazer pressão (lóbi) junto do Parlamento Nacional e do governo para garantir a participação das mulheres no poder local de acordo com a lei e o sistema político em vigor em Timor-Leste.<sup>119</sup>

É a própria Fundação Pátria que produz os materiais usados nas diferentes acções de formação. Antes de executar cada acção, a Fundação Pátria conduz um encontro com as mulheres potencialmente interessadas para, em conjunto, poderem identificar as respectivas necessidades. Assim, a Fundação Pátria produz os materiais de formação mais

---

<sup>118</sup> *Hakbit Feto iha Politika* (Capacitação das mulheres na política), Díli, SEM, 2016, p. 13.

<sup>119</sup> *Hakbit Feto iha Politika*, p. 7.

adequados, correspondendo às necessidades das mulheres que aspiram a ser dirigentes no futuro. Mesmo depois da formação terminada, a Fundação Pátria continua a fornecer às participantes informação que lhes permite alargar e aprofundar os seus conhecimentos e competências nas áreas estudadas.

Através das reuniões prévias, foram recebidas muitas sugestões e percebeu-se que a maioria das mulheres desejava uma formação sobre Liderança. Outras matérias de formação preparadas foram: Mulher no Desenvolvimento; Convenção para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW: Convention for the Elimination of Discrimination Against Women); Lei contra a Violência Doméstica; Igualdade de Género; Como Falar no Espaço Público; Assistência Legal e Defesa de Direitos. Em 2014, foi acrescentado mais um módulo com o título “Haburas Feto Nudar Autor Iha Prosesu Desentralizasaun” (Capacitar as mulheres como autoras do processo de descentralização), preparado por Leonilda da Costa, Octaviana Costa e Laura Menezes. Com tais matérias, a Fundação Pátria conseguiu proceder à capacitação de inúmeras mulheres nos municípios de Aileu, Ermera e Liquiça.<sup>120</sup>

A capacitação consiste em aumentar e/ou aprofundar os conhecimentos e as competências de cada pessoa de acordo com os seus desejos ou interesses. A capacitação também pode contribuir para mudar a mentalidade e as ações dessa pessoa, levando-a a ganhar autoconfiança, a não ter vergonha de falar em público, etc. Em Timor-Leste, as mulheres que vivem nas áreas remotas ainda têm grandes dificuldades no acesso à informação relacionada com os seus direitos, deveres e responsabilidades quotidianas, nomeadamente no tocante às possibilidades de participação no poder local que a “Lei sobre Lideranças Comunitárias e Sua Eleição” e a “Lei dos Sucos” lhes trouxeram. Daí

---

<sup>120</sup> *Hakbit Feto iha Politika*, p. 8.



que a Fundação Pátria realize programas não só para as informar sobre esses direitos e deveres mas também para lhes fornecer os instrumentos que lhes permitam exercê-los e participar de forma ativa na tomada de decisões a nível local, se for essa a sua vontade.

#### **4.2. A representação feminina nos sucos e nas aldeias**

Pela Lei nº11/2009, sobre “Divisão Administrativa do Território”, desde o ano de 2009 Timor-Leste passou a estar organizado em 13 municípios.<sup>121</sup> Esses municípios subdividem-se em postos administrativos, que por sua vez são compostos de sucos, estes formados por aldeias. Segundo o Artigo 3º da Lei nº3/2009 sobre “Lideranças Comunitárias e sua Eleição”, *“1. O suco é uma organização comunitária formada com base em circunstâncias históricas, culturais e tradicionais e que tem área estabelecida no território nacional e população definida”. 2. A aldeia compõe-se de um agregado populacional unido por laços familiares e tradicionais e ligado aos sucos por relações históricas e geográficas.”*<sup>122</sup>

No início da independência de Timor-Leste, houve mulheres que exerceram o poder local ao mais alto nível, como Maria Paixão da Costa, que se tornou administradora do município de Aléu, Aurora Ximenes, administradora do de Liquiçá e Ilda da Conceição, administradora do de Viqueque. Como afirma Maria Paixão da Costa: *“Fui eleita administradora Município de Aléu em 2000 através de uma selecção rigorosa pela*

---

<sup>121</sup> Lei nº 11/2009, *Jornal da República*, série I, nº 35, 7 de Outubro de 2009, p. 3656-. Disponível em: [http://www.dh-cii.eu/0\\_content/investigao/files\\_CRDTLA/leis/2009/lei\\_n.11-2009\\_de\\_7\\_de\\_outubro-divisao\\_administrativa\\_e\\_territorial.pdf](http://www.dh-cii.eu/0_content/investigao/files_CRDTLA/leis/2009/lei_n.11-2009_de_7_de_outubro-divisao_administrativa_e_territorial.pdf). Data de consulta: 2 de Maio de 2016.

<sup>122</sup> Lei nº 3/2009, *Jornal da República*, série I, nº 24, 8 de Julho de 2009, p. 3269. Disponível em: [http://www.dh-cii.eu/0\\_content/investigao/files\\_CRDTLA/leis/2009/lei\\_n.degrees\\_3-2009\\_de\\_8\\_de\\_julho-liderancas\\_comunitarias\\_e\\_sua\\_eleicao.pdf](http://www.dh-cii.eu/0_content/investigao/files_CRDTLA/leis/2009/lei_n.degrees_3-2009_de_8_de_julho-liderancas_comunitarias_e_sua_eleicao.pdf). Data de consulta: 2 de Maio de 2016.

*Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste. E fui a primeira mulher eleita administradora, seguida de Ilda da Conceição e Aurora Ximenes.*”<sup>123</sup> Contudo, depois de assumirem os cargos de administradoras, Maria Paixão da Costa e Ilda da Conceição foram eleitas para a Assembleia Constituinte, que tinha como missão redigir a Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Apenas Aurora Ximenes continuou administradora do município de Liquiçá durante o período de 2002-2007. Desde então, não voltou a haver mulheres como administradoras de municípios.

Entre 2004-2009, sete mulheres foram eleitas chefes de sucos: Madalena Mendonça no Suco Faisoi, posto administrativo de Lequidoe, município de Aileu; Alice da Silva no suco Soro, posto administrativo de Ainaro Vila, município de Ainaro; Teresinha dos Reis no suco Bucoli, Maria Boa Vida no suco Gariuai e Teresinha de Fátima no suco Triloca, todos estes no posto administrativo de Baucau Vila, município de Baucau; Francisca dos Santos no suco Soba, posto administrativo de Laga, município de Baucau e Rita da Costa no suco Liaruca, posto administrativo de Ossú, município de Viqueque.<sup>124</sup>

Já nas eleições de 2009, 11 mulheres foram eleitas para assumir a função de chefes de sucos: Filomena Madalena Mendonça Soares no Suco Faisoi, posto administrativo de Lequidoe, município de Aileu; Cipriana de Araújo no suco Soro, posto administrativo de Ainaro Vila, município de Ainaro; Teresinha de Deus dos Reis no suco Bucoli, Maria Lúcia Boavida no suco Gariuai, Teresinha Maria de Fátima C. de Sá no suco Triloca, todos estes no posto administrativo de Baucau Vila, município de Baucau; Francisca Mónica dos Santos F. Soares no suco Soba, posto administrativo de Laga, município de

---

<sup>123</sup> COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de fevereiro de 2017.

<sup>124</sup> MONTEIRO, Rita Costa, Entrevista, Ossu, 9 de novembro de 2016.

Baucau; Maria S. de Jesus Rosa no suco Ritabou, posto administrativo de Maliana, município de Bobonaro; Maria de Fátima no suco Maudemo, posto administrativo de Tilomar, município de Covalima; Cristalina Quintão no suco Railaco Leten, posto administrativo de Railaco, município de Ermera; Rita da Costa Monteiro no suco Liaruca, posto administrativo de Ossú, município de Viqueque e Joana M. Fonseca Pinto no suco Afaloicai, posto administrativo Watu-Karbau, município Viqueque.<sup>125</sup>

De acordo com o Artigo 6º da Lei nº3/2009 sobre “Lideranças Comunitárias e sua Eleição”, que foi publicada antes das eleições desse ano, “*podem candidatar-se e ser eleitos como Chefes de Suco e membros dos Conselhos de Suco homens e mulheres sem discriminação, desde que tenham completado dezassete anos de idade até ao momento da apresentação das candidaturas.*”<sup>126</sup> Se examinarmos com atenção este artigo da lei, constatamos que não existia nele discriminação nem negativa nem positiva das mulheres, ou seja, não existia uma quota mínima para nenhum género. Ficava, portanto, ao critério das comunidades locais e dos partidos políticos promover a apresentação de candidaturas femininas, como afirmou Xanana Gusmão em 2014 no seu discurso na Conferência Internacional sobre “Género no Parlamento”: “*Os partidos políticos decidem quem ocupa os cargos políticos. Para melhorar a participação das mulheres na política, é necessário que os partidos políticos assumam a responsabilidade de promover as mulheres desde as bases.*”<sup>127</sup>

Com estas palavras, Xanana Gusmão pretendia transmitir aos homens dos partidos políticos e das comunidades locais a ideia de que deviam apoiar e proporcionar

---

<sup>125</sup> *Ibidem.*

<sup>126</sup> Lei nº 3/2009, p. 3270.

<sup>127</sup> GUSMÃO, Xanana, Discurso por Ocasão da Conferência Internacional sobre Género no Parlamento, p. 4.

oportunidades às mulheres, principalmente às que vivem nos sucos e aldeias, para aprofundarem e desenvolverem as suas capacidades e competências a fim de participarem na vida política. Porém, como vimos no capítulo anterior, os partidos políticos não se ocuparam muito diligentemente dessa tarefa, daí que as candidatas femininas à chefia de sucos fossem pouco numerosas.

Assim, na Lei nº 9/2016, intitulada “Lei dos Sucos”, o artigo 65º determinou que para a eleição do chefe do suco teria de haver pelo menos duas candidaturas, uma das quais feminina. Se esta faltasse, seria necessário proceder a um reconhecimento oficial desse facto (*“Na falta de candidatura feminina, a mesa Eleitoral do Suco, ouvidas as organizações de mulheres, declara fundamentadamente o facto e determina o prosseguimento do processo eleitoral.”*).<sup>128</sup>

Isto teve como consequência que, nas eleições locais de 2016, houvesse 319 candidatas a chefes de suco, embora apenas 21 tivessem conseguido alcançar esse cargo.<sup>129</sup> No município de Aileu foram eleitas 4 mulheres num total de 31 sucos, no de Ainaro 1 mulher em 21 sucos, no de Baucau 5 mulheres em 59 sucos, no de Covalima 1 mulher em 30 sucos, no de Díli 4 mulheres em 31 sucos, no de Manatuto 2 mulheres em 29 sucos, no de Manufahi 2 mulheres em 29 sucos, no de Liquiçá 1 mulher em 23 sucos e no de Viqueque 1 mulher em 34 sucos.<sup>130</sup> Ou seja, apesar de o número de mulheres chefes de sucos ter quase duplicado, em quatro dos treze municípios de Timor-Leste continua a não haver nenhuma e elas constituem uma ínfima minoria (4,75%) dos 442

---

<sup>128</sup> Lei nº 9/2016, *Jornal da República*, série I, nº 26A, 8 de Julho de 2016, p. 23. Disponível em: [http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2016/serie\\_1/SERIE\\_I\\_NO\\_26A.pdf](http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2016/serie_1/SERIE_I_NO_26A.pdf). Data de consulta: 4 de Janeiro de 2017.

<sup>129</sup> “Processo eleitoral quase duplica número de senhoras eleitas Chefe de Suco”. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=16779>. Data de consulta: 4 de Janeiro de 2017.

<sup>130</sup> “Resultados eleitorais”, *Timor Post*, 14 de Novembro de 2016, pp. 1-15.

líderes locais. Ainda assim, são mais numerosas do que na Indonésia (3,9%) mas menos do que no Vietname (5,7%), na Tailândia (6,4%) e sobretudo nas Filipinas (25%).<sup>131</sup>

Em contrapartida, nos Conselhos de Suco, órgãos consultivos destinados a aconselhar os chefes de sucos no exercício das suas funções, já desde 2009 que a lei sobre “Lideranças Comunitárias e sua Eleição” impunha a participação obrigatória de mulheres, pois estipulava no seu Artigo 5º: “*O conselho de Suco é composto pelo Chefe de Suco, pelos chefes de todas as aldeias que compõem o suco e ainda pelos seguintes membros: a) Duas mulheres; b) Dois jovens, um por cada sexo; c) Um ancião ou anciã; d) Um lian nain*”<sup>132</sup>.”<sup>133</sup>

Curiosamente, em Julho de 2016, em alteração à “Lei dos Sucos” e num aparente recuo quanto à necessidade de incentivar a participação feminina no poder local, a presença de duas mulheres no Conselho do Suco foi substituída pela de um delegado de cada género.<sup>134</sup> Mas, tal como impôs a obrigatoriedade de pelo menos uma candidatura feminina a chefe de suco, esta alteração à lei tomou idêntica medida quanto à candidatura a chefe de aldeia, estipulando que na sua falta, a mesa Eleitoral da Assembleia da Aldeia, “*ouvidas as organizações de mulheres*”, terá de declarar fundamentadamente o facto para prosseguir o processo eleitoral.<sup>135</sup>

---

<sup>131</sup> ASP/JPS, “Timor-Leste com recorde de mulheres eleitas localmente mas ainda pequena minoria”, *Sapo* 24, 15 de Novembro de 2016. Disponível em: <http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt-2016-11-15-969796805-timor-leste-com-recorde-de-mulheres-eleitas-localmente-mas-ainda-pequena-minoria>. Data de consulta: 16 de Novembro de 2016.

<sup>132</sup> Um “lian nain” é um líder tradicional.

<sup>133</sup> Lei nº 3/2009, p. 3270.

<sup>134</sup> Lei nº 9/2016, p. 12.

<sup>135</sup> Lei nº 9/2016, p. 20.

Não temos conhecimento do número de mulheres que se tornaram chefes de aldeias devido à mudança na lei eleitoral. No entanto, tal como aconteceu com a imposição de quotas femininas nas candidaturas ao Parlamento Nacional, as quotas para Conselho de Suco, chefe de suco e chefe de aldeia suscitaram interrogações e críticas. Em 2011, Deborah Cummins afirmou que, depois da lei de 2009, “*parece ter havido um interesse público limitado em relação à forma como essas mulheres estão a desempenhar-se. Em vez disso, o foco do Governo de Timor-Leste, das Nações Unidas e das ONGs tem sido encorajar mais mulheres a candidatarem-se ao posto de Chefe de Suco*”.<sup>136</sup> Ora, segundo David Hutt, a percentagem crescente de mulheres timorenses em posições de poder não é mais do que uma estatística, um número sem conteúdo que o governo usa para obter a aprovação da comunidade internacional. Sem conteúdo porque, na opinião deste autor, esse poder é meramente simbólico e as quotas estão-se a tornar um fim em si mesmo em vez de um meio para alcançar a emancipação e a autonomia femininas.<sup>137</sup>

As mulheres que entrevistámos não parecem concordar com David Hutt sobre o facto de terem um papel meramente simbólico. Por exemplo, Balbina Esmeralda afirma que “*Como representante da mulher do suco de Uaibobo, o chefe do suco precisa sempre da minha presença para implementar um programa novo. Para tomar uma decisão temos de ouvir as opiniões de mulheres e homens. Só assim esta decisão é coletiva.*”<sup>138</sup> Celeste da Costa Silva reforça: “*Aqui no suco de Ossorua e noutros sucos, se houver algumas*

---

<sup>136</sup> CUMMINS, Deborah, “The Problem of gender quotas: Women’s representatives on Timor-Leste’s suku councils”, *Development in Practice*, 21-1, 2011, p. 86.

<sup>137</sup> HUTT, David, “The Trouble With Timor-Leste’s Gender Quotas”, *The Diplomat*, 17 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/12/the-trouble-with-timor-lestes-gender-quotas/>. Data de acesso: 23 de Janeiro de 2017.

<sup>138</sup> ESMERALDA, Balbina, Entrevista, Uaibobo, 1 de novembro de 2016.

*actividades, os chefes dos sucos e das aldeias sempre me convidam para dar as minhas opiniões antes de tomar uma decisão. Eles sempre consideram as minhas opiniões e tomamos a decisão juntos.*”<sup>139</sup> Quanto a Teresa de Jesus Vaz Cabral, tesoureira do suco de Camea, disse que *“No nosso suco, para realizar uma actividade, primeiro temos de reunir as comunidades locais. Depois apresentamos o programa que preparámos e discutimo-lo. Por fim tomamos a decisão de o realizar. As comunidades ficam satisfeitas com o que fazemos. Eles dizem que têm o sentimento de colaborar em todos os programas e isso dá-lhes a responsabilidade moral de participar no desenvolvimento do suco.”*<sup>140</sup> Aqui, a comunidade implementou a democracia e a participação de todos no processo de desenvolvimento, incluindo as mulheres.

Os chefes dos sucos reconhecem que as mulheres têm boas ideias. Açam que é importante consultarem-nas na condução de uma atividade, incluindo tomar uma decisão. Esta realidade mostra que, quando homens e mulheres trabalham juntos e se respeitam uns aos outros, então eles unem-se para realizar o desenvolvimento para a melhoria da comunidade e do país. Esta situação vai proporcionar uma oportunidade para que as mulheres participem efectivamente no desenvolvimento.

Cristalina Quintão, chefe do suco Railaco Leten (Railaco de Cima), do Posto Administrativo de Railaco, Município de Ermera, no período 2009-2015, reforça essa ideia ao dizer: *“Tive poder porque o povo foi votar em mim e deu-me o poder”*. Esse poder concretizou-se em actos: durante o seu mandato, ela reabilitou a sede do suco, concedeu a Bolsa da Mãe aos órfãos e aos alunos de famílias vulneráveis e estabeleceu uma escola de Ensino Básico, entre outros programas. Cristina Quintão afirmou ainda: *“Liderei e*

---

<sup>139</sup> SILVA, Celeste da Costa, Entrevista, Oissorua, 6 de novembro de 2016.

<sup>140</sup> CABRAL, Teresa de Jesus Vaz, Entrevista, Díli, 21 de dezembro de 2016.

*organizei o povo em nome do povo e para o interesse do povo. O que interessa à comunidade é como implementamos todos os programas que tínhamos prometido ao povo durante a campanha, e eu cumpri o que prometi. Sinto que a minha força não estava nas pessoas que votaram em mim mas nos programas que eu preparei e executei. Um desses programas foi feito em cooperação com a ONG FKSH, que deu formação à comunidade, especialmente às mulheres e aos jovens, sobre gestão financeira e liderança.”*<sup>141</sup> Cristina Quintão declarou-nos também que, ao longo do desempenho do seu mandato teve sempre o apoio do seu marido.

Segundo Fernanda da Silva, representante das mulheres do suco de Ossorua, “*o povo escolheu-nos porque viu as nossas capacidades organizativas e porque fizemos alguma coisa pelo nosso próximo. Eles foram-me escolher porque os organizei e realizámos uma limpeza ambiental na nossa aldeia, e ainda porque conduzi actividades de formação, tal como aquela sobre liderança e gestão que foi fornecida pela ONG CAUCUS.*” Ela insiste que ser líder significa ser capaz de organizar os outros e ser um exemplo para o povo. “*Ser líder é para servir e ajudar, não é apenas para mandar.*”<sup>142</sup>

No seguimento das afirmações de Fernanda da Silva, podemos dizer que ela ganhou influência sobre outras pessoas porque anteriormente já tinha feito algo que as beneficiava. Tornou-se, assim, capaz de as mobilizar para acções de interesse colectivo. Ganhou poder, no sentido que lhe dá Stoppino, ou seja, capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos.<sup>143</sup>

---

<sup>141</sup> QUINTÃO, Cristalina, Entrevista, Railaco, 11 de novembro de 2016.

<sup>142</sup> SILVA, Fernanda, Entrevista, Ossú, 4 de Novembro de 2016.

<sup>143</sup> STOPPINO, M., “Poder”, in BOBBIO *et alii*, *Dicionário de política*, Brasília, Universidade de Brasília, 1987, citado por FISCHER, Tânia, “Poder Local: Um Tema Em Análise”, *Revista da Administração Pública*, 26-4, outubro-dezembro de 1992, p. 107. Disponível em :



Baseando-nos nas experiências das mulheres acima referidas, podemos afirmar que as mulheres, nos sucos e nas aldeias, têm uma grande influência sobre a sociedade. Elas têm as suas próprias maneiras de influenciar e organizar a comunidade em que se inserem, quer através das ONGs quer por meio das lideranças comunitárias ou dos partidos políticos. No entanto, o que elas enfatizam é a execução de programas em benefício da comunidade. Com os programas que desenvolvem, elas conseguem conquistar a confiança do povo, mas o mais importante é a implementação dos programas. Elas preferem ações concretas. Para elas, ser líder quer dizer fazer qualquer coisa em benefício do povo ou da comunidade. E podemos dizer que, sob a liderança de mulheres, as chefias locais podem cooperar com outros parceiros para lançar programas, como foi feito por Cristalina Quintão quando cooperou com a ONG FKSH para melhorar os recursos humanos no seu suco.

Todas as organizações das mulheres em Timor-Leste têm bons programas com bons objectivos. Mas é preciso ter em conta como é que implementam esses programas e quem deles beneficia. Tanto quanto a minha observação o permite afirmar, grande parte das organizações de mulheres de Timor-Leste organizam os seus programas de formação em apenas três municípios: Aileu, Ermera e Líquiça. Isso precisa ser mudado, porque os referidos municípios são os mais próximos da capital, Díli, enquanto os municípios mais longínquos são sempre referidos mas recebem muito menos atenção. Aliás, todas as ONGs dão, em geral, formação ao nível dos municípios mas os sucos e as aldeias das áreas muito remotas nunca são atingidos.

---

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8734/7465>. Data de consulta: 28 de abril de 2016.

Como investigador, posso dizer que quer o Governo de Timor-Leste quer as ONGs gastam muito dinheiro supostamente para o desenvolvimento de todas as áreas, mas as comunidades distantes reclamam cada vez mais sobre os resultados desse desenvolvimento, incluindo a formação e participação política, por ser repartido de forma muito desigual. Portanto, as ONGs precisam de esforçar-se por ir até às áreas extremamente remotas, para que os membros das comunidades lá radicadas, e especialmente as mulheres, possam seguir as formações para desenvolverem as suas potencialidades, de modo a poderem participar plenamente no desenvolvimento e na vida política local. Igualmente, as acções de formação não devem ser disponibilizadas apenas de 4 em 4 anos, segundo os ciclos eleitorais, mas de forma permanente e em todas as comunidades, para que a população possa gozar os benefícios da formação nas suas vidas quotidianas.

Tal não será fácil, uma vez que, em Timor-Leste, as ONGs, quer se destinem especificamente a um público feminino quer a toda a população, dependem sempre de doadores para a implementação dos seus programas. Se tiverem doadores irão conseguir realizá-los, mas se não tiverem doadores os programas não serão postos em prática. Isto foi corroborado por Martinha da Silva, directora da Feto Hadomi família (Mulher Ama a Família), que afirmou que muitas organizações de mulheres já não estão ativas porque não têm doadores que as apoiem.<sup>144</sup> Não têm práticas de gestão adequadas, criatividade e recursos próprios suficientes que lhes permitam ser independentes. Foram fundadas quando havia dinheiro e mantiveram-se enquanto foi possível encontrá-lo, mas quando os recursos se tornaram limitados ou desapareceram, deixaram de funcionar. Daí que os

---

<sup>144</sup> SILVA, Martinha, Entrevista, Díli, 20 de novembro de 2016.

programas mais recentes (2014) tenham sido financiados pelo Governo de Timor-Leste e executados pelas organizações maiores, com estruturas de funcionamento mais sólidas.

De qualquer modo, baseando-nos nas 21 mulheres que recentemente foram eleitas como chefes de sucos em Timor-Leste, em parte devido ao apoio e formação dados por essas organizações, podemos declarar que o número de mulheres que ocupam o poder local cada vez aumenta mais. Aqui, apercebemo-nos que o povo de Timor-Leste já reconheceu as competências das mulheres que se tornaram líderes para participar na vida política. É importante que haja aumento no número de mulheres na política. Isto significa que as mulheres têm uma influência crescente na sociedade timorense e que, sendo a sua voz ouvida, as decisões tomadas têm maior probabilidade de ir no sentido do bem comum e satisfazer a comunidade no seu todo.

## CONCLUSÃO

Desde tempos remotos que as mulheres foram oprimidas e marginalizadas, não vendo os seus direitos reconhecidos como seres humanos. Ao longo da história da humanidade, o papel da mulher na sociedade foi sempre bem definido: invariavelmente, submetida ao pai e depois ao marido, não tendo o direito de expressar a sua vontade ou de realizar os seus sonhos. A mulher era considerada menos capaz que homem para o trabalho duro ou criativo no exterior; o seu lugar era em casa, cuidando do bem-estar do marido e dos filhos. Quem dominou nos quatro cantos do mundo, foi sempre o homem.

Contudo, a partir da Iª Guerra Mundial, no mundo ocidental, as mulheres ganharam mais espaço no mercado profissional e a preocupação com a sua situação na sociedade começou a acentuar-se gradualmente, até desembocar no movimento feminista das décadas de 60 e 70 do século XX. Um dos objectivos das feministas era tornar as mulheres visíveis, como seres humanos inteiros, para a sociedade que, até então, as via apenas como mães amorosas e esposas dedicadas. Este movimento teve como objectivo principal a luta pela igualdade de direitos constitucionais e num segundo plano, a igualdade no campo profissional. Não só as mulheres das elites cultas e endinheiradas mas também as operárias e as mulheres das classes médias reivindicaram então a igualdade perante a lei e o direito a votar, que em muitos lugares ainda não tinha sido alcançado apesar dos esforços das sufragistas de finais do século XIX, e ainda o direito a controlarem o seu próprio corpo através do acesso à contraceção e ao aborto.

Em Portugal, estas conquistas chegaram apenas com a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. A luta das mulheres portuguesas pela democracia, antes e durante os primeiros tempos da referida revolução, exerceu uma grande influência nas mulheres

timorenses, que começaram a organizar-se para determinar o seu futuro e o da sua terra natal, já que também se tinha iniciado a descolonização. Elas começaram a falar sobre os direitos das mulheres, defenderam as mulheres marginalizadas e proclamaram a necessidade da alfabetização para libertar as suas semelhantes do obscurantismo. Contudo, a invasão de Timor-Leste pela Indonésia, que se seguiu à proclamação unilateral da independência pela FRETILIN, em 1975, e ao início da guerra civil, fez de novo recuar os direitos do povo timorense em geral e os das mulheres em particular. Durante a ocupação indonésia, as mulheres timorenses estiveram ao lado dos homens a combater contra o inimigo. Muitas tombaram na linha de fogo; algumas foram presas e outras torturadas até a morte.

Depois da independência, proclamada em 2002, as mulheres quiseram continuar a dar as suas contribuições para a construção da nação. No entanto, apesar de a constituição da República Democrática de Timor-Leste, nos seus artigos 16 e 17, assegurar a participação das mulheres na vida política, a nossa investigação demonstra que, na realidade, elas ainda são marginalizadas. Há um grande desequilíbrio na presença de mulheres e homens quer no poder local, desde a aldeia até ao município, quer no poder central, ao nível do governo e do parlamento nacional. A cultura patriarcal enraizada na sociedade timorense promove a submissão das mulheres aos homens, sendo ainda hoje bastante difícil criar condições para elas terem pleno acesso ao espaço público. Ora, os homens e as mulheres são todos diferentes entre si, não são iguais. Mas, como pessoas humanas têm todos a mesma dignidade e é nisso que se baseia o princípio da igualdade entre mulheres e homens, apesar das suas diferenças. A participação das mulheres na vida política é vital para democracia e promover a sua participação nos processos de decisão é crucial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade.

Assim, tem havido um esforço bastante grande por parte das autoridades timorenses para alterar este estado de coisas. O governo, com o apoio da ONU e de diversas ONGs, tem apostado na igualdade de género e na atribuição de cargos políticos às mulheres por intermédio da sua capacitação educativa e do sistema de quotas, supostos originar ciclos virtuosos, capazes de proporcionar incrementos ao nível da democracia, dos direitos humanos, do crescimento económico e do desenvolvimento. Com efeito, estes organismos partem do princípio, comprovado já em outras nações, de que ao dar maior autonomia e poder participativo às mulheres no processo decisivo do país, podem ser criadas soluções políticas mais eficazes, duradouras, próximas da realidade das expectativas dos cidadãos. A participação de mulheres nos processos democráticos é garantia de que os interesses de género encontram repostas políticas sustentadas. E o certo é que se atingiu, em Timor-Leste, uma das maiores participações de mulheres nas diferentes eleições nacionais e também um dos maiores números de mulheres efectivamente eleitas, não só na Ásia mas também em todo o mundo.

É, pois, importante que quer o governo de Timor-Leste quer as ONGs continuem a capacitar as mulheres e a dar-lhes mais oportunidades para participarem no desenvolvimento nacional, em especial àquelas que vivem em áreas remotas, que têm sido mais esquecidas, pois elas são um elemento fundamental desse desenvolvimento.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **FONTES ORAIS INÉDITAS**

- ALVES, Domingas (Bilou Mali), Entrevista, Díli, 13 de novembro de 2016
- ARAÚJO, Aliança Conceição de, Entrevista, Díli, 24 de novembro de 2016.
- BAPTISTA, Ana Maria, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.
- BELO, Maria de Fátima J. Correia Costa, Entrevista, Díli, 20 de dezembro de 2016.
- CABRAL, Teresa de Jesus Vaz, Entrevista, Díli, 21 de dezembro de 2016.
- CARVALHO, Gisela de, Entrevista, Díli, 12 de dezembro de 2016.
- CORREIA, Brígida Antónia, Entrevista, Díli, 10 de dezembro de 2016.
- CORTE-REAL, Paula de Jesus, Entrevista, Díli, 17 de novembro de 2016.
- COSTA, Maria Paixão, Entrevista, Lisboa, 10 de fevereiro de 2017.
- ESMERALDA, Balbina, Entrevista, Uaibobo, 1 de novembro de 2016.
- FREITAS, Albina Marçal, Entrevista, Díli, 17 de novembro de 2016.
- FREITAS, Deolinda, Entrevista, Viqueque, 6 de novembro de 2016.
- GUTERRES, Olandina da Costa, Entrevista, Díli, 12 de dezembro de 2016.
- MONTEIRO, Rita Costa, Entrevista, Ossu, 9 de novembro de 2016.
- PINTO, Maria Amélia, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.
- QUINTÃO, Cristalina, Entrevista, Railaco, 11 de novembro de 2016.
- REIS, Maria Maia, Entrevista, Díli, 10 de dezembro de 2016.
- SALDANHA, Angelina, Entrevista, Díli, 5 de janeiro de 2017.
- SILVA, António Tavares, Entrevista, Díli, 11 de maio de 2017.
- SILVA, Apolo Justino França, Entrevista, Díli, 7 de janeiro de 2017.
- SILVA, Celeste da Costa, Entrevista, Oissorua, 6 de novembro de 2016.
- SILVA, Fernanda, Entrevista, Ossú, 4 de novembro de 2016.
- SILVA, Martinha, Entrevista, Díli, 20 de novembro de 2016.
- SOARES, Mariquita, Entrevista, Díli, 17 de dezembro de 2016.

SUBONO, Iman, Discurso, 21 de Dezembro de 2014, Jakarta, Indonésia (observação direta do autor).

XIMENES, Judite Dias, Entrevista, Díli, 28 de novembro de 2016.

## FONTES DOCUMENTAIS INÉDITAS

ASP/JPS, “Timor-Leste com recorde de mulheres eleitas localmente mas ainda pequena minoria”, *Sapo* 24, 15 de Novembro de 2016. Disponível em: <http://24.sapo.pt/article/lusa-sapo-pt-2016-11-15-969796805-timor-leste-com-recorde-de-mulheres-eleitas-localmente-mas-ainda-pequena-minoria>. Data de consulta: 16 de Novembro de 2016.

*Avaliação do Programa Capacitação da Mulher na Política* (Relatório), Díli, CAUCUS, 2014.

CARVALHO, Rosita, “Timor-Leste sei menos juíza feto (Timor-Leste tem ainda menos juízas mulheres)”, *The Dili Weekly*, 24 de agosto de 2011. Disponível em <http://www.thediliweekly.com/tl/notisias/seguransadefeza/109-timor-leste-sei-menus-juiza-feto>. Data de consulta 11 de Maio de 2017.

COSTA, Maria Paixão, *Discurso no dia da Mulher*, 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://loronfetotimor.blogspot.pt/>. Data de consulta: 8 de dezembro de 2016.

FERREIRA, Isabel da Costa, citada por ANÍBAL, “Primeira dama husu Xanana labele halo tuir nia hakarak hanesan hia tempu Rézistensia (A primeira dama pede a Xanana para não impor a sua vontade como no tempo da Resistência)” *Timor Agora*, 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://timoragora.blogspot.pt/2017/01/primeira-dama-husu-xanana-labele-halo.html>. Data de consulta: 5 de fevereiro de 2017.

FLORINDO, Osório, “Lae ba Violência, Sim ba Igualdade ba Género (Não à Violência, Sim à Igualdade de Género)”, Díli, 9 de setembro de 2009. Disponível em <http://salurik.blogspot.pt/2009/09/lae-ba-violensia-sim-ba-igualdade-ba.html>. Data de consulta: 17 de Fevereiro de 2016.

GUSMÃO, Xanana, *Carta ao Presidente do Tribunal de Recurso*, Díli, 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://observador.pt/2017/01/26/xanana-gusmao-defende-ex-ministra-timorense-condenada-e-critica-justica/>. Data de consulta: 26 de janeiro de 2017.

GUSMÃO, Xanana, Discurso por Ocasão da Conferência Internacional sobre Género no Parlamento, Díli, 23 de outubro de 2014. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2014/10/G%C3%A9nero-no-Parlamento-23.10.141.pdf>. Data de consulta: 14 de abril de 2017.

*Hakbit Feto iha Politika* (Capacitação das mulheres na política), Díli, SEM, 2016.

HORTA, José Ramos, Discurso no dia da Mulher, 3 de novembro de 2009. Disponível em: <http://loronfetotimor.blogspot.pt/>. Data de consulta: 8 de dezembro de 2016.



*Human Rights on ASEAN Online Platform.* Disponível em: <https://humanrightsinasean.info/content/judicial-system-monitoring-programme-jsmp.html>. Data de acesso: 17 de abril de 2017.

“Juíza Maria Natércia Gusmão Pereira em campanha para a eleição para o Tribunal Penal Internacional, em Nova Iorque.” Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=10678>. Data de consulta: 24 de janeiro de 2017.

KIAKILIR, Dalia, “Ex-ministra Lúcia Lobato quer limpar a máfia que diz existir na justiça de Timor-Leste”, *Global Voices*, 10 de outubro de 2016. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2016/10/10/ex-ministra-lucia-lobato-quer-limpar-a-mafia-que-diz-existir-na-justica-de-timor-leste/>. Data de consulta: 15 de janeiro de 2017.

*Metodologia.* Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6914/11/11%20-%20Metodologia.pdf>. Data de consulta: 20 de maio de 2017.

PINA, Laura, 100% HAU PRONTU (Estou Pronta a 100%), Díli, 4 de maio de 2016. Disponível em: <https://hauprontu.wordpress.com>.

“Processo eleitoral quase duplica número de senhoras eleitas Chefe de Suco”. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=16779>. Data de consulta: 4 de Janeiro de 2017.

## **FONTES PUBLICADAS**

Iº Governo Constitucional de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=129>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

IIº Governo Constitucional de Timor-Leste. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=130>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

IVº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?=7526>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

VIº Governo Constitucional. Disponível em: <http://timorleste.gov.tl/?=13>. Data de consulta: 28 de janeiro de 2017.

Constituição da República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 2002. Disponível em: [http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao\\_RDTL\\_PT.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf). Data de consulta: 24 de Setembro de 2016.

GOUGES, Olympe de, *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documento-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaração-dos-direitos-da-mulher-e-dacidadã-1791.html>. Data de consulta: 16 de janeiro de 2017.

HORTA, José M. Ramos, Tais Timor, OCPI-UNTAET, Vol. I, nº. 9, 12-25 de junho 2000. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missionpast/etimor/untaetPU/newesletter9P.pfd>.

HORTA, José Ramos, *Timor Post*, Díli, 3 de novembro de 2009.

HUTT, David, “The Trouble With Timor-Leste’s Gender Quotas”, *The Diplomat*, Díli, 17 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://thediplomat.com/2016/12/the-trouble-with-timor-lestes-gender-quotas/>. Data de consulta: 23 de Janeiro de 2017.

Jurnal Perempuan 79, *Pemilu dan Keterwakilan* (Revista das Mulheres, Eleições e Representação), Jakarta Selatan, novembro de 2013.

Lei nº 3/2004, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 10 de Fevereiro de 2004, p. 3. Disponível em: [http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002\\_2005/leis\\_parlamento\\_nacional/3\\_2004.pdf](http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/leis_parlamento_nacional/3_2004.pdf). Data de consulta: 15 Março de 2016.

Lei nº 3/2009, *Jornal da República*, série I, nº 24, 8 de Julho de 2009, p. 3269. Disponível em: [http://www.dh-cii.eu/0\\_content/investigao/files\\_CRDTLA/leis/2009/lei\\_n.\\_degrees\\_3-2009\\_de\\_8\\_de\\_julho-liderancas\\_comunitarias\\_e\\_sua\\_eleicao.pdf](http://www.dh-cii.eu/0_content/investigao/files_CRDTLA/leis/2009/lei_n._degrees_3-2009_de_8_de_julho-liderancas_comunitarias_e_sua_eleicao.pdf). Data de consulta: 2 de Maio de 2016.

Lei nº 6/2006, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 28 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.parlamento.tl/docs/Legislacao%20Relevante/Law-2006-06%20-%20Lei%20Eleitoral%20PN.pdf>. Data de consulta: 24 de Janeiro de 2017.

Lei nº 7/2011, República Democrática de Timor-Leste, Parlamento Nacional, Díli, 22 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/800>. Data de consulta: 24 de Janeiro de 2017.

Lei nº 9/2016, *Jornal da República*, série I, nº 26A, 8 de Julho de 2016. Disponível em: [http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2016/serie\\_1/SERIE\\_I\\_NO\\_26A.pdf](http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2016/serie_1/SERIE_I_NO_26A.pdf). Data de consulta: 4 de Janeiro de 2017.

Lei nº 11/2009, *Jornal da República*, série I, nº 35, 7 de Outubro de 2009, p. 3656. Disponível em: [http://www.dh-cii.eu/0\\_content/investigao/files\\_CRDTLA/leis/2009/lei\\_n.11-2009\\_de\\_7\\_de\\_outubro-divisao\\_administrativa\\_e\\_territorial.pdf](http://www.dh-cii.eu/0_content/investigao/files_CRDTLA/leis/2009/lei_n.11-2009_de_7_de_outubro-divisao_administrativa_e_territorial.pdf). Data de consulta: 2 de Maio de 2016.

*Lian ba Igualdade* (A Voz da Igualdade), Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher (SEM), Edição 5, janeiro-março 2015.

“Resultados eleitorais”, *Timor Post*, 14 de Novembro de 2016, pp. 1-15.

RODRIGUES, Idelta Maria, “Atividade da SEM nos 100 Dias”, *Lian ba Igualdade* (A Voz Igualdade), Edição V, Janeiro-Março 2015.

RUAK, Taur Matan, *Cidadania para o Desenvolvimento, Discursos maio 2012-maio 2014*, Díli, LIDEL, Sentru Publikasaun Prezidénsia Republika, 2014.

## ESTUDOS

ALVES, Maria Domingas Fernandes, ABRANTES, Laura Soares, REIS, Filomena, *Written With Blood*, Díli, Office for Promotion of Equality, s. d.

AMORIM, Rosália, *O homem certo para gerir uma empresa é uma mulher*, 3ª ed., Lisboa, Prime Books, 2010.

ANGELONI, Maria Terezinha, “Elementos Intervenientes na Tomada de Decisão”, *Ciência da Informação*, v. 32, nº 1, jan./abr. 2003, pp. 17-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15969>. Data de consulta: 24 de Setembro de 2016.

ARAÚJO, Clara, “Partidos políticos e género: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 24, 2005, pp. 193-215. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/237030742\\_Partidos\\_politicos\\_e\\_genero\\_mediacoes\\_nas\\_rotas\\_de\\_ingresso\\_das\\_mulheres\\_na\\_representacao\\_politica](https://www.researchgate.net/publication/237030742_Partidos_politicos_e_genero_mediacoes_nas_rotas_de_ingresso_das_mulheres_na_representacao_politica). Data de consulta: 16 de Abril de 2016.

BR SIREGAR, Wahidah Zein, “Representasi Perempuan di DPR, DPD, MPR, dan DPRD 2009-2014: Komposisi, Peran, dan Tantangan Perempuan Parlemen (Representação das Mulheres na Câmara dos Representantes e na Assembleia Consultiva Popular 2009-2014)”, *Jurnal Perempuan*, 79, 2013.

CARREIRÃO, Yan de Sousa e KINZO, Maria D’Alva G., “Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)”, *Dados. Revista de Ciências Sociais*, 47-1, 2004, pp. 131-168. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/218/21800104.pdf>. Data de consulta: 8 de Junho de 2016.

CARVALHO, José Eduardo, *As mulheres dominam a economia ...e a economia gosta!* Lisboa, Edições Silabo, 2015

CASTRO, Zelia O. de, ESTEVES, João e MONTEIRO, Natividade, *Mulheres na 1ª República (Percursos Conquistas e Derrotas)*, Lisboa, Colibri, 2011.

CRAMPE-CASNABET, Michèle, “A mulher no Pensamento Filosófico do Século XVIII”, in DUBY, Georges e PERROT, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3 - *Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1994.

CUMMINS, Deborah, “The Problem of gender quotas: Women’s representatives on Timor-Leste’s suku councils”, *Development in Practice*, 21-1, 2011, pp. 85-95.

CUNHA, Teresa, *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.

DOWNS, Anthony, *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper & Row, 1957.

FERREIRA, Mary, “Mulheres no legislativo: um estudo das cotas”, in Sívila Sousa *et alii*, *Teoria e prática nas ciências sociais*, Araraquara, Cultura Acadêmica, 2003.

FERRO, Mónica Sofia do Amaral Pinto, *Construção de Estados: as administrações internacionais das Nações Unidas*, Lisboa, ISCSP, 2006.

FISCHER, Tânia, “Poder Local: Um Tema Em Análise”, *Revista da Administração Pública*, 26-4, outubro-dezembro de 1992, pp. 105-113 Disponível em : <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8734/7465>. Data de consulta: 28 de abril de 2016.

FRIAS, Sónia, “*Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*”? : *Mulheres, economia informal e mudança cultural*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006.

GROSSI, Miriam P. e MIGUEL, Sônia M., “Transformando a Diferença: As mulheres na Política”, *Revista Estudos Feminista*, Vol. 9, nº 1, 2001, pp. 167-206. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>. Data de consulta: 15 de janeiro de 2017.

MARTINS, Carla, *Mulheres, liderança política e mídia*, Lisboa, ALETHEIA Editores, 2015.

MARX, Susan, “Can Timor-Leste’s Gender Quota System Ensure Women’s Participation in Politics?”, *In Asia: Weekly Insights and Analysis*, 7 de Março de 2012. Disponível em: <http://asiafoundation.org/2012/03/07/can-timor-lestes-gender-quota-system-ensure-womens-participation-in-politics/>. Data de consulta: 23 de Janeiro de 2017.

MELO, Helena Pereira de, “A fada do lar tenta tornar-se cidadã. O estatuto das mulheres no final da Monarquia e na I República”, in PIMENTEL, Helena Flunser e MELO, Helena Pereira de, *Mulheres Portuguesas. História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*, Lisboa, Clube do Autor, 2015, pp.

MOREIRA, Ana, “Liderança e Participação Política”, *Correio Feminino*, 12 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.correiofeminino.com.br/index.php/2016/11/12/lideranca-e-participação-politica/>. Data de acesso: 25 de abril de 2017.

NÚNCIO, Maria José da Silveira, *Mulheres em Dupla Jornada, A Conciliação entre o Trabalho e a Família*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, e CALAME, Mireille, *Libertação da Mulher*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1976.

OSÓRIO, Ana de Castro, *Às Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Livraria Editora, 1905.

- PHILLIPS, Anne, *Engendering Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1991.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- RIBEIRO, Garcia Leitão, *Ser Mulher*, Caxinde Editora e Livraria, Luanda, 2015.
- SCHOUTEN, Maria Johanna, *Uma Sociologia do Género*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2011.
- SILVA, Guilherme Correia da, “As Mulheres da Revolução dos Cravos”, *DW Made for Minds*, 19 de Abril de 2014. Disponível em : <http://www.dw.com/pt-002/as-mulheres-da-revolu%C3%A7%C3%A3-dos-cravos/a-17510615> . Data consulta, 15 de Janeiro de 2017.
- SJARIFUDIN, Nia, “Peningkatan Keterwakilan Perempuan: Keniscayaan untuk Sebuah Perubahan (Melhoria da representação das mulheres: A necessidade de mudança)”, *Jurnal Perempuan*, 63, 2009.
- SOUSA, Maria José e BAPTISTA, Cristina Sales, *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*, 5ª ed., Lisboa, PACTOR, 2016.
- SOUZA, Sílvia Rita, “As Mulheres e a Política”, p. 1. Disponível em: <http://www.wdn.org/sites/default/files/AS%20MULHERES%20E%A%20POL%C3%8DTICA-Artigo%20S%C3%ADlvia%20Rita%20Souza.pdf>. Data de consulta: 21 de janeiro de 2016.
- STOPPINO, M., “Poder”, in BOBBIO *et alii*, *Dicionário de política*, Brasília, Universidade de Brasília, 1987.
- TJOKROAMIDJOJO, Bintoro, *Pengantar Administrasi Pembangunan (Introdução à Administração do Desenvolvimento)*, Jakarta, LP3ES, 1974.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia Maria Guedes, “A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”, *Opinião Pública*, Vol. VII, nº 1, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762001000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100001). Data de consulta: 17 de janeiro de 2017.